

# **Panorama da Diplomacia Japonesa 2009**

Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão

# Panorama da Diplomacia Japonesa 2009

Abril de 2009

Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão

## Mensagem do Ministro dos Negócios Estrangeiros

É importante recapitular e registrar com precisão e objetividade o cenário internacional envolvendo o Japão e a direção tomada pelos esforços diplomáticos japoneses. Isso é um elemento chave que serve para que o Ministério dos Negócios Estrangeiros não só preste contas ao público, mas também apresente às gerações futuras um registro resumido dos esforços diplomáticos do Japão no ano em questão. Baseado nesse reconhecimento, o Ministério dos Negócios Estrangeiros publicou o *Panorama da Diplomacia Japonesa 2009*.

O ano de 2008 foi um ano da diplomacia para o Japão como poucos em sua história. O Japão sediou tanto a Cúpula do G8, uma oportunidade que acontece uma vez a cada oito anos, como a Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano – TICAD (*Tokyo International Conference on African Development*), que acontece a cada cinco anos. Aproveitando-se dessa oportunidade, o Japão demonstrou uma forte liderança na comunidade internacional em prol da resolução de desafios comuns que enfrentamos, o que trouxe grande prestígio para o Japão ao redor do mundo. Além disso, para lidar com a crescente crise financeira, o Japão apresentou uma proposta concreta na Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial, em novembro, com base em suas próprias experiências, e, em dezembro, a Reunião de Cúpula Trilateral entre Japão, China e República da Coreia (Coreia do Sul) foi realizada independentemente de outras reuniões internacionais pela primeira vez, elevando a cooperação entre os três países a uma nova dimensão. Eu mesmo tenho feito esforços para ampliar a proatividade diplomática do Japão, visitando Nova York durante a abertura da sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas imediatamente depois de assumir o cargo e participando do Evento de Alto-Nível sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e outros compromissos diplomáticos, além de realizar reuniões com os Ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos da América, da China e do Paquistão.

No *Panorama da Diplomacia Japonesa* deste ano, o capítulo 1, “Visão Geral”, contém uma revisão da situação internacional e dos esforços diplomáticos do Japão no ano de 2008. A “Diplomacia Regional” e “A Política Externa do Japão nas Principais Áreas Diplomáticas” são relatadas nos capítulos 2 e 3, respectivamente, apresentando um registro das atividades diplomáticas e da situação internacional. O Capítulo 4, “Japoneses Atuantes na Comunidade Internacional e Papéis da Diplomacia”, aborda a questão das companhias e cidadãos japoneses atuantes ao redor do mundo e os esforços do Ministério dos Negócios Estrangeiros para apoiá-los. Por fim, o Capítulo 5, “A Diplomacia Japonesa Aberta ao Público”, descreve as atividades do Ministério para aumentar amplamente as capacidades diplomáticas, incluindo suas parcerias com autoridades locais e o fortalecimento de suas estruturas de implementação diplomática.

A política externa do Japão objetiva assegurar os interesses do povo japonês, especificamente a segurança e prosperidade do Japão e as vidas e propriedades do povo japonês. Acredito que nossa política externa também deve ter como objetivo preservar a honra e o prestígio nacional e assegurar que os cidadãos possam ter orgulho de sua nação. As capacidades científica e tecnológica do Japão, seus recursos humanos e sua história de superação de diversas dificuldades são todos motivos de orgulho no cenário mundial. Agora, conforme a comunidade internacional enfrenta um número crescente de desafios, o Japão está buscando uma diplomacia proativa. Acredito firmemente que a proatividade diplomática do Japão e suas conquistas na comunidade internacional levarão o povo japonês a ter confiança e orgulho em sua nação.

Para implementar uma diplomacia tão sólida, é necessário ter o entendimento e apoio do povo japonês em relação à situação internacional e à política externa japonesa, assim como em relação às responsabilidades do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Espero que este *Panorama da Diplomacia Japonesa* seja útil para alcançar isso.

Abril de 2009

**Hirofumi Nakasone**  
Ministro dos Negócios Estrangeiros

# Índice

|  |           |
|--|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1 – Visão Geral: Situação Internacional e Diplomacia Japonesa em 2008.....</b>         | <b>5</b>  |
| <b>CAPÍTULO 2 – Diplomacia Regional.....</b>   | <b>17</b> |
| 1. Ásia e Pacífico.....  | 17        |
| 2. América do Norte.....   | 21        |
| 3. América Latina e Caribe.....  | 22        |
| 4. Europa.....   | 23        |
| 5. Rússia, Ásia Central e o Cáucaso.....   | 23        |
| 6. Oriente Médio e Norte da África.....  | 24        |
| 7. África.....   | 25        |
| <b>CAPÍTULO 3 – A Política Externa do Japão nas Principais Áreas Diplomáticas.....</b>             | <b>26</b> |
| 1. Esforços para Alcançar a Paz e Estabilidade na<br>Comunidade Internacional.....                 | 26        |
| 2. Esforços do Japão para lidar com Questões Globais e pela<br>Cooperação Internacional.....       | 30        |
| 3. Esforços para Expandir a Prosperidade do Japão e da Comunidade<br>Internacional.....            | 33        |
| 4. Diplomacia Pública.....   | 34        |
| <b>CAPÍTULO 4 – Japoneses Atuantes na Comunidade Internacional e Papéis da<br/>Diplomacia.....</b> | <b>36</b> |
| 1. Cidadãos Japoneses Atuantes na Comunidade Internacional.....                                    | 36        |
| 2. Apoio a Cidadãos Japoneses no Exterior.....   | 36        |
| 3. Apoio a Empresas Japonesas no Exterior.....   | 37        |
| 4. Respondendo à Internacionalização da Sociedade Japonesa.....                                    | 37        |
| <b>CAPÍTULO 5 – A Diplomacia Japonesa Aberta ao Público.....</b>                                   | <b>39</b> |
| 1. Fornecendo Informações aos Cidadãos de Forma Proativa.....                                      | 39        |
| 2. Ampliando as Capacidades Diplomáticas.....  | 39        |

## CAPÍTULO 1: Visão Geral

### Situação Internacional e Diplomacia Japonesa em 2008

Para o Japão, o ano de 2008 foi um ano da diplomacia como raramente ocorreu nos anos recentes, uma vez que o Japão sediou e presidiu a Cúpula do G8, uma oportunidade que acontece uma vez a cada oito anos, e sediou uma série de reuniões relacionadas ao G8, além de realizar a Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano – TICAD (*Tokyo International Conference on African Development*), que se reúne uma vez a cada cinco anos.

Ao mesmo tempo, 2008 tornou-se um ano em que a comunidade internacional continuou a enfrentar diversos desafios difíceis. Seja a questão das mudanças climáticas, do desenvolvimento africano, dos conflitos regionais ou da proliferação das armas de destruição em massa, o mundo ainda está apenas começando a trilhar o caminho para resolvê-las. Ataques terroristas acontecem frequentemente em vários locais, atos de pirataria em rotas marítimas como na área próxima à costa da Somália e no Golfo de Áden acontecem repetidamente e em número crescente, e desastres naturais de larga escala causaram danos extremos em diversas áreas. Além disso, apesar de o aumento acentuado nos preços dos alimentos, da energia e de outros recursos na primeira metade de 2008 ter trazido benefícios significativos para os países produtores, isso também causou um grande impacto negativo nas economias dos países importadores, particularmente nas economias do continente africano e de países em desenvolvimento, tornando a segurança energética e alimentar uma questão importante. Desde a segunda metade de 2008, a crise financeira desencadeada pelo problema com os empréstimos *subprime* nos Estados Unidos também impactaram severamente a economia real.

Em meio a essa situação, podemos dizer que 2008 tornou-se o ano do redescobrimto, tanto dentro do Japão como no exterior, do papel que o Japão pode desempenhar na resolução de desafios comuns cada vez mais sérios enfrentados pela comunidade internacional. Como presidente do G8 e anfitrião da TICAD, o Japão cumpriu tanto as expectativas nacionais como internacionais

e ajudou a guiar o caminho em direção à resolução desses desafios.

Com relação às mudanças climáticas, o Japão, como o principal ator internacional nas áreas de meio ambiente e conservação energética, trabalhou ativamente em prol da criação de um arcabouço justo e efetivo para depois de 2012. Na Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial (a Conferência de Davos), em janeiro, o Primeiro-Ministro Yasuo Fukuda propôs o “Programa de Promoção do Resfriamento da Terra” (*Cool Earth Promotion Programme*) e, com relação a metas futuras de redução de gases de efeito estufa, declarou que o Japão estabeleceria uma meta quantificada nacional e trabalharia para atingi-la. Ele também anunciou a “Parceria para o Esfriamento da Terra” (*Cool Earth Partnership*), uma iniciativa da ordem de 10 bilhões de dólares que poderia servir como um pacote de assistência a países em desenvolvimento na redução da emissão de gases de efeito estufa e na conquista do crescimento econômico de forma compatível. Na Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, no mês de julho, o Japão, na qualidade de presidente do G8, conduziu negociações vigorosas com cada país, incluindo os Estados Unidos, para confirmar sua intenção de se esforçar por uma visão comum entre todas as partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – UNFCCC (*United Nations Framework Convention on Climate Change*) e adotar o objetivo de longo-prazo de atingir uma redução de pelo menos 50% nas emissões globais de gases de efeito estufa até 2050. Isso representou um grande avanço a partir dos resultados da Cúpula do G8 de Heiligendam em 2007. Além disso, na Reunião dos Líderes das Maiores Economias sobre Segurança Energética e Mudança Climática, que incluiu países emergentes como China e Índia, os líderes compartilharam a intenção multilateral de apoiar o objetivo comum e de longo-prazo de reduzir emissões e preparar a criação de um arcabouço justo e efetivo para depois de 2012. Ademais, o Primeiro-Ministro Taro Aso declarou na Conferência de Davos, em janeiro de 2009, que o Japão anunciaria uma meta de redução de médio prazo até junho de 2009.

Em relação ao desenvolvimento africano, a 4ª Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD) foi realizada em Yokohama, em maio, onde a direção futura do desenvolvimento africano foi discutida de forma vigorosa. As áreas prioritárias foram acelerar o crescimento econômico, assegurar a segurança humana e lidar com assuntos ambientais e de mudanças climáticas. O Japão anunciou seus planos de assistência, que incluem dobrar a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento – ODA (*Official Development Assistance*) na África até 2012 e apoiar medidas para dobrar o investimento privado japonês na África; medidas altamente prestigiadas pelos países participantes. Os resultados das discussões do TICAD IV também tiveram reflexo na Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido. O Japão, agora, está executando com firmeza as medidas de assistência anunciadas na conferência.

O Japão também continua a desempenhar esforços ativos pela erradicação do terrorismo. Em relação ao Afeganistão, o Japão está conduzindo atividades de apoio de reabastecimento no Oceano Índico através das Forças de Autodefesa Marítima, além de oferecer assistência nas áreas de desenvolvimento de infraestrutura e de saúde e educação através da ODA. Tais medidas de segurança e antiterrorismo, assim como a assistência humanitária e de reconstrução, são dois lados da mesma moeda, evitando que o país se transforme em um terreno fértil para atividades terroristas. Em relação ao país vizinho do Afeganistão, o Paquistão, o Japão está se esforçando ativamente pela erradicação do terrorismo e pela estabilização da economia. No Iraque, o Japão tem conduzido atividades de apoio através da ODA e das Forças de Autodefesa do Japão. Considerando as melhorias da situação política e de segurança, as atividades de assistência das Forças de Autodefesa do Japão no Iraque, que se estenderam por um período de cerca de cinco anos, estão chegando a um término bem-sucedido.

Conforme os numerosos incidentes de pirataria nas proximidades da costa da Somália e no Golfo de Áden crescem rapidamente e se tornam uma questão internacional, o Japão, como copatrocinador das resoluções relevantes no Conselho de Segurança das Nações Unidas, reconheceu a importância dos esforços da comunidade internacional e

tem avançado com seus preparativos para enviar embarcações das Forças de Autodefesa Marítima para a região em 2009.

O Japão buscou uma diplomacia proativa em relação à questão das variações nos preços dos alimentos e, na condição de presidente do G8, levantou a questão na Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, no mês de julho, resultando na Declaração dos Líderes do G8 sobre Segurança Alimentar Global. O Japão também esteve engajado na questão dos preços da energia. Além de abordar o assunto na cúpula do G8, o Japão participou ativamente no Fórum Internacional de Energia – IEF (*International Energy Forum*), reforçou suas relações com a Agência Internacional de Energia – IEA (*International Energy Agency*), e desempenhou um papel de liderança no estabelecimento da Parceria Internacional para a Cooperação em Eficiência Energética – IPEEC (*International Partnership for Energy Efficiency Cooperation*), com isso, ajudando a fortalecer a segurança energética no Japão e no mundo.

O Japão fez contribuições concretas e importantes para lidar com a crise econômica e financeira. Na Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial em Washington DC e na Reunião dos Líderes da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation*) no Peru, ambas realizadas em novembro, o Primeiro-Ministro Aso fez uma proposta baseada na experiência do Japão em superar sua própria crise financeira e anunciou que o Japão estava pronto para emprestar uma quantia máxima equivalente a 100 bilhões de dólares ao Fundo Monetário Internacional para fornecer assistência às economias emergentes e aos países de pequeno e médio porte. Na Ásia, o Japão também trabalhou para fortalecer a Iniciativa Chiang Mai, uma iniciativa de cooperação financeira regional. Na Conferência de Davos, em janeiro de 2009, o Primeiro-Ministro Aso fez referência a uma diplomacia japonesa baseada no conceito de um “Arco de Liberdade e Prosperidade”, segundo o qual o Japão apoiaria os esforços de países aspirantes à economia de mercado e à democracia, e trilhariam juntos o caminho da prosperidade. Ele também anunciou que o Japão está pronto para fornecer ODA em um valor total

de não menos que 1,5 trilhões de ienes para fortalecer o potencial de crescimento da Ásia e expandir sua demanda interna através, por exemplo, de medidas para lidar com os impactos da crise econômica e financeira nos países asiáticos para que a Ásia, detentora do maior potencial do planeta, possa contribuir com a economia mundial como um centro de crescimento aberto para o resto do mundo.

Nas eleições realizadas em outubro de 2008 para a vaga não-permanente do Conselho de Segurança da ONU, o Japão foi eleito pela décima vez, sendo o país mais frequentemente eleito dentre todos os membros da ONU. O Japão assumiu esse mandato de dois anos de duração no Conselho em janeiro de 2009. Isso reflete a alta reputação que a diplomacia japonesa estabeleceu em suas conquistas e abordagens em fora como a ONU, e indica que maiores contribuições são esperadas do Japão no futuro. O Japão continuará a desenvolver uma diplomacia proativa, usando suas experiências e seu capital intelectual, trabalhando em prol da resolução dos diversos desafios enfrentados pela comunidade internacional e da criação de uma nova ordem com esse objetivo final.

### **Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido**

Por três dias, de 7 a 9 de julho, o Japão sediou a Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, na qualidade de presidente do G8, liderando discussões em prol da resolução de desafios globais enfrentados pela comunidade internacional. Essa foi a quinta Reunião de Cúpula do G8 sediada pelo Japão, a vez anterior tendo sido há oito anos, na Cúpula do G8 em Okinawa, Kyushu, em 2000. A Reunião da Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, foi a maior da história, com a participação de 22 chefes de estado e de governo, incluindo os membros do G8 no centro das discussões, um Programa de Aproximação para promover encontros com líderes de nações africanas e de outros países e a Reunião dos Líderes das Maiores Economias – MEM (*Major Economies Meeting*).

Como a Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, aconteceu em uma época em que desafios globais tais como o aquecimento global em curso e os aumentos acentuados nos preços da energia e dos alimentos estavam afetando

intensamente as vidas das pessoas, os líderes do G8 tiveram discussões amplas sobre os seguintes temas principais: Economia Mundial, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Desenvolvimento e África, e Questões Políticas.

Em relação ao tema da Economia Mundial, que enfrenta um período de incertezas, o G8 expressou sua determinação em tomar medidas apropriadas de forma contínua, tanto individual como coletivamente; e com relação às desigualdades globais, prometeram promover um ajuste suave, através de uma administração macroeconômica segura e de políticas estruturais. O G8 também declarou que resistiria às pressões protecionistas no comércio internacional e em todos os tipos de investimento, e expressaram suas fortes preocupações quanto ao aumento acentuado dos preços dos alimentos e do petróleo. Compilando uma declaração específica sobre a questão dos alimentos, os líderes do G8 confirmaram sua determinação em tomar todas as medidas possíveis para lidar com o aumento acentuado dos preços dos alimentos

Quanto às discussões sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, o G8 pediu na Declaração dos Líderes o compartilhamento e a adoção global da meta de alcançar uma redução de pelo menos 50% nas emissões globais de gases de efeito estufa até 2050. Além disso, os países do G8 concordaram que as abordagens setoriais propostas pelo Japão eram ferramentas úteis.

Em relação à questão de Desenvolvimento e África, as áreas de saúde, água e educação foram os principais pontos focais com um direcionamento voltado para a garantia da “segurança humana”. O G8 renovou seu compromisso em ajudar a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), objetivos relacionados ao desenvolvimento estabelecidos pelas Nações Unidas para serem alcançados até 2015, além de reconhecerem que os ODM para a África devem ser ampliados para o período pós-2010.

As discussões sobre questões políticas consideraram os resultados da Reunião de Ministros das Relações Exteriores do G8 em Quioto, realizada em junho. Além de discussões produtivas sobre as questões nucleares da Coreia do Norte e Irã a partir de uma perspectiva de não-proliferação, os compromissos do G8 foram reafirmados

em relação ao Afeganistão e à paz no Oriente Médio, que são assuntos importantes a partir de uma perspectiva de luta contra o terrorismo e construção da paz. Os líderes também emitiram Declarações de Líderes individuais sobre antiterrorismo e o Zimbábue.

A administração da Cúpula do G8 teve a preocupação minuciosa de ser ambientalmente correta e as tecnologias ambientais de última geração do Japão foram exibidas no Centro de Mídia Internacional.

#### **Quarta Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD IV)**

Em anos recentes, a África tem mantido um alto índice de crescimento econômico, com uma média de 6% ao ano, e progressos em direção à estabilidade política têm se verificado em cada região. Ao mesmo tempo, contudo, o continente ainda enfrenta problemas graves como a pobreza, conflitos, doenças infecciosas, questões ambientais e de mudanças climáticas, assim como novos desafios. O Japão tem trabalhado na diplomacia com a África através do processo da Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD) como a base de seu comprometimento, tendo sediado a quarta reunião da TICAD (TICAD VI) em Yokohama, em maio. Participaram da TICAD IV representantes de 51 países africanos, dos quais 41 participantes eram do nível de chefes de estado e de governo (incluindo Jean Ping, o Presidente da Comissão da União Africana – UA), 34 países asiáticos e países parceiros na questão de desenvolvimento, e representantes de 77 organizações internacionais e regionais, assim como representantes do setor privado e da sociedade civil, incluindo ONGs, com mais de 3 mil participantes no total.

Na conferência, sob o tema “Em prol de uma África Vigorosa”, as discussões avançaram nas áreas prioritárias de Acelerar o Crescimento Econômico, Assegurar a Segurança Humana, e Lidar com Questões Ambientais e de Mudanças Climáticas. Mais especificamente, discussões ativas foram realizadas sobre os quatro pontos seguintes: (1) acelerando o crescimento econômico através do apoio no desenvolvimento de infraestrutura, desenvolvimento de recursos humanos,

agricultura, comércio e investimentos, entre outras áreas; (2) alcançando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) através do apoio contínuo aos esforços dos países africanos em áreas como desenvolvimento comunitário, educação, saúde, água e saneamento; (3) consolidação da paz, que é o principal pré-requisito para o crescimento econômico, e a promoção da boa governança, apoiando esforços feitos pelos países Africanos para distribuir os dividendos do crescimento econômico também para os pobres; e (4) apoiando os esforços da África para lidar com as questões ambientais e de mudanças climáticas, para tornar o crescimento da África sustentável.

Nessa conferência, o Japão anunciou que até o ano 2012 dobrará sua ODA para a África, além de fornecer suporte com o objetivo de dobrar o investimento privado japonês no continente africano. A Conferência também adotou a Declaração de Yokohama, um documento político indicando a direção futura do desenvolvimento africano, e anunciou o Plano de Ação de Yokohama, no qual medidas concretas de assistência foram condensadas, assim como o Mecanismo de Acompanhamento da TICAD, que apresenta um mecanismo de monitoramento para implementar firmemente as medidas de assistência.

Paralelamente às sessões plenárias, o Primeiro-Ministro Fukuda realizou reuniões individuais com 47 participantes, incluindo cada um dos participantes em nível de chefes de estado e de governo, o Presidente da União Africana, e seis participantes individuais da conferência. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Masahiko Koumura também demonstrou claramente a importância que atribui à África, realizando reuniões individuais com 23 participantes, incluindo participantes no nível de chefes de estado e de governo, representantes de organizações internacionais e participantes individuais da conferência. Além disso, o ex-Primeiro-Ministro Yoshiro Mori, o Secretário de Estado para Assuntos Internacionais Itsunori Onodera e o Vice-Ministro Parlamentar dos Negócios Estrangeiros Yasuhide Nakayama também tiveram várias reuniões individuais, fortalecendo, com isso, os laços bilaterais entre o Japão e os países africanos.

Vários eventos foram realizados nessa conferência além das sessões plenárias e

das sessões extraordinárias. Um exemplo foi a Cerimônia de Apresentação do Primeiro Prêmio Hideyo Noguchi para a África e a realização do banquete comemorativo que teve a honra da presença de Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz, com o Dr. Brian Greenwood (Reino Unido) e a Dra. Miriam K. Were (Quênia) como ganhadores do Primeiro Prêmio Hideyo Noguchi para a África por suas distintas conquistas.

### **Ásia e Pacífico**

O objetivo primordial da diplomacia japonesa na Ásia e no Pacífico é guiar a região para tornar-se um lugar que compartilha valores fundamentais e caracteriza-se pela estabilidade e previsibilidade de longo-prazo, fundamentada na cooperação e entendimento mútuo. O Japão tem conduzido uma diplomacia ativa na região da Ásia e do Pacífico com a aliança entre Japão e Estados Unidos como base, tendo obtido progressos notáveis por todo o ano de 2008.

Em suas relações com a China, o ano de 2008, que marcou o 30º aniversário da conclusão do Tratado de Paz e Amizade entre Japão e a República Popular da China, foi um ano histórico no qual diversos diálogos foram realizados em prol da criação de uma “Relação Mutuamente Benéfica Baseada em Interesses Estratégicos Comuns”, envolvendo cinco visitas entre chefes de estado, incluindo a visita ao Japão do Presidente Hu Jintao em maio, a primeira visita de um Presidente chinês nos últimos 10 anos, e a visita à China do Primeiro-Ministro Aso em outubro. Embora tenham surgido alguns incidentes na relação bilateral, como a questão da segurança alimentar e da entrada de uma embarcação pública chinesa nas águas territoriais japonesas próximas às ilhas de Senkaku em dezembro, as relações entre os países progrediram com vigor, com o progresso de intercâmbios em diversos níveis. A China tem se envolvido em uma diplomacia proativa com diversos países, como na construção de relações estáveis com os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que tem estado cada vez mais ativa na diplomacia multilateral. O Japão recebe com satisfação a abordagem positiva da China em engajar-se com questões da comunidade internacional. Paralelamente, com relação à dimensão da modernização

das forças militares chinesas, seu fornecimento de assistência econômica e outros assuntos, o Japão tem insistido que a China deve assegurar transparência e agir de acordo com as regras e padrões da comunidade internacional.

Quanto às relações com a República da Coreia (Coreia do Sul), que é geograficamente o país vizinho mais próximo do Japão e com quem o Japão compartilha valores fundamentais, foi conduzida uma “diplomacia de ponte-aérea” com o Presidente Lee Myung-bak e as relações entre Japão e Coreia do Sul avançaram em direção a construção de uma “parceria madura”. Além disso, um progresso histórico ocorreu na cooperação Japão – China – Coreia do Sul, com a Reunião de Cúpula Trilateral entre Japão, China e Coreia do Sul sendo realizada independentemente de outras conferências internacionais pela primeira vez, em Fukuoka, em dezembro, e os líderes confirmaram sua intenção em buscar uma cooperação abrangente voltada para o futuro.

Junto à Associação das Nações do Sudeste Asiático – ASEAN (*Association of Southeast Asian Nations*), que tem se direcionado para o estabelecimento de uma Comunidade da ASEAN até 2015 e continuado seus esforços pela integração, o Japão tem trabalhado para consolidar ainda mais a “parceria estratégica” Japão-ASEAN indicando um Embaixador para a ASEAN em outubro e fortalecendo suas relações por uma ampla variedade de áreas, como através do acordo de Parceria Econômica Abrangente entre ASEAN e Japão – AJCEP (*ASEAN-Japan Comprehensive Economic Partnership*), que entra em vigor em dezembro. Ao mesmo tempo, o Japão tem se engajado em fornecer assistência pela integração e desenvolvimento da ASEAN, por exemplo, trabalhando para estreitar lacunas de desenvolvimento dentro da região da ASEAN.

Em relação à Índia, a “Parceria Estratégica Global entre Japão e Índia” observou um forte avanço em seguimento à reunião de cúpula anterior, realizada em 2007, quando os líderes dos dois países assinaram a “Declaração Conjunta de Cooperação em Segurança entre Japão e Índia”. Além disso, na ocasião da visita ao Japão do Primeiro-Ministro Manmohan Singh em outubro de 2008, decidiram cooperar em diversas áreas.

Quanto às relações com a Austrália, um parceiro com o qual o Japão compartilha valores fundamentais, durante a visita ao Japão do Primeiro-Ministro Kevin Rudd em junho, decidiu-se fortalecer ainda mais a parceria estratégica abrangente e promover uma cooperação de segurança mais concreta. A cooperação trilateral, centrada no Diálogo Estratégico Trilateral entre Japão, Estados Unidos e Austrália, também continuou a progredir.

Em relação aos países-ilhas do Pacífico e à região do Pacífico como um todo, foi decidido que a 5ª Reunião de Líderes das Ilhas do Pacífico – PALMS (*Pacific Islands Leaders Meeting*) seria realizada em Hokkaido em maio de 2009.

Nas relações com a Rússia, que também objetivam desenvolver o extremo leste da Rússia e o leste da Sibéria, além de fortalecer suas relações com a região da Ásia e do Pacífico, o Japão tem se envolvido intensamente em negociações para finalmente resolver a questão pendente dos territórios do norte, objetivando elevar as relações entre Rússia e Japão a um nível mais alto. Ao mesmo tempo, o Japão tem avançado em sua cooperação com a Rússia para que esta fortaleça suas conexões econômicas, sociais e entre povos com a região da Ásia e do Pacífico e assuma um papel construtivo na região.

Quanto às questões pendentes e preocupantes em relação à Coreia do Norte, que são assuntos sérios para toda a região da Ásia e do Pacífico, o Japão tem se esforçado ao máximo em coordenação com países relevantes para alcançar progressos tanto na desnuclearização da Península da Coreia como nas relações bilaterais entre Japão e Coreia do Norte, incluindo a questão dos sequestros. Embora algum progresso tenha sido feito na questão da desnuclearização, por exemplo na desativação de instalações nucleares, a Coreia do Norte ainda não demonstrou uma postura positiva quanto ao estabelecimento de uma estrutura concreta de verificação. Em relação à questão dos sequestros, embora Japão e Coreia do Norte tenham chegado a um acordo nas Consultas de nível técnico entre Japão e Coreia quanto à instauração de uma investigação abrangente sobre a questão dos sequestros e quanto ao formato concreto da investigação, a Coreia do Norte ainda precisa dar início aos trabalhos investigativos.

O Japão também promoveu uma cooperação proativa em diversos arcabouços regionais para que os países da região pudessem coordenar a resolução de desafios comuns.

### **América do Norte**

O Japão e os Estados Unidos são aliados que compartilham valores fundamentais e interesses estratégicos, com a Aliança entre os dois países como a base da diplomacia japonesa. Uma vez que ainda persiste a falta de transparência e de certezas na região do Leste Asiático, a Aliança entre EUA e Japão, com os Acordos de Segurança entre Japão e EUA no centro, desempenha um papel indispensável para a paz e a segurança do Japão, assim como para a estabilidade e o desenvolvimento da região da Ásia e do Pacífico.

O Japão e os Estados Unidos estão engajados em uma cooperação íntima não só bilateralmente, mas também para lidar com os desafios enfrentados pela comunidade internacional. A cooperação bilateral inclui a firme implementação do remanejamento das Forças Norte-Americanas no Japão e o revigoramento dos Acordos de Segurança entre Japão e EUA através da promoção da cooperação em defesa contra mísseis balísticos (BMD – *Ballistic Missile Defense*) e em outras áreas. Além de lidar com os problemas na região da Ásia e do Pacífico, incluindo com a Coreia do Norte, a cooperação entre Japão e EUA em assuntos globais também estende-se a áreas como questões econômicas e financeiras, antiterrorismo, mudanças climáticas e questões energéticas, e desenvolvimento africano.

Em novembro, o Senador Barack Obama, o candidato do Partido Democrata que defendia a “mudança”, foi eleito na eleição presidencial e a nova administração tomou posse em janeiro de 2009. O Japão tem estado em íntima coordenação com a nova administração por meio de diversas oportunidades, como: afirmando a importância da aliança entre Japão e EUA através de ocasiões como a Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos e Japão realizada durante a visita da Secretária de Estado Hillary Clinton ao Japão em fevereiro de 2009 e a Reunião de Cúpula entre Japão e Estados Unidos realizada durante a visita do Primeiro-Ministro Aso aos Estados Unidos,

além de algumas teleconferências em diversas ocasiões.

O Japão e o Canadá cooperam intimamente em áreas como política, economia, segurança e cultura, compartilhando valores fundamentais na qualidade de parceiros da região da Ásia e do Pacífico e como membros do G8.

Na ocasião da Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, em julho, o Primeiro-Ministro do Canadá, Stephen Harper, visitou o Japão como convidado oficial e teve duas reuniões de cúpula com o Primeiro-Ministro Fukuda. Vários intercâmbios e eventos aconteceram em ambos os países em 2008, que marcou o 80º aniversário das relações diplomáticas entre Canadá e Japão.

### **Oriente Médio e Norte da África**

A paz e a estabilidade do Oriente Médio, de onde o Japão importa 90% de seu petróleo bruto, é essencial para a estabilidade da comunidade internacional como um todo, assim como para a segurança energética do Japão. O Japão está envolvido proativamente na diplomacia com o Oriente Médio em cooperação com a comunidade internacional.

Avanços benéficos aconteceram no Oriente Médio em 2008, incluindo o crescimento econômico dos estados do Golfo, impulsionado pelos recursos abundantes de petróleo e pelas melhorias na situação de segurança do Iraque. Ao mesmo tempo, a região ainda enfrenta desafios, como a deterioração da situação de segurança no Afeganistão, a questão nuclear iraniana, e os ataques de Israel na Faixa de Gaza. As variações acentuadas nos preços do petróleo bruto e a crise financeira global também resultaram em diversos impactos sobre a economia da região.

Dentro desse contexto, como Ministro dos Negócios Estrangeiros do país que presidia o G8, em maio, o Ministro Koumura visitou o Afeganistão, onde os esforços pela estabilidade e reconstrução continuam, e reiterou o compromisso do Japão em cooperar com o Afeganistão. Em julho, para contribuir com o processo de paz no Oriente Médio, o Japão sediou a Reunião Ministerial da Unidade Consultiva entre Quatro Partes para a “Iniciativa Corredor de Paz e Prosperidade” em Tóquio, e se comprometeu a dar um formato concreto à iniciativa.

Além disso, em outubro, o Japão contribuiu como co-presidente da Reunião Ministerial da Iniciativa Ampla para o Oriente Médio e o Norte da África – BMENA (*Broader Middle East and North Africa*) “Fórum para o Futuro”, realizada nos Emirados Árabes Unidos.

### **Europa**

O Japão e a Europa compartilham valores fundamentais como democracia, direitos humanos e estado democrático de direito, além de serem parceiros estratégicos com papel de liderança na promoção da estabilidade e prosperidade da comunidade internacional.

Para o Japão, tem se tornado cada vez mais importante promover a cooperação com países europeus, a União Européia (UE), e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em meio à situação internacional atual com tantos elementos de instabilidade, uma vez que isso reforça as bases sobre as quais a comunidade internacional reage efetivamente aos desafios globais.

Em 2008, questões de segurança na região européia, como a declaração de independência de Kosovo em fevereiro e o conflito armado entre Rússia e Geórgia em agosto, precisaram da atenção da comunidade internacional. Além disso, muita atenção foi dada aos papéis proativos da UE e de países europeus no contexto das discussões internacionais para lidar com o aumento acentuado nos preços da energia durante a primeira metade do ano e com a crise financeira na segunda metade.

Nesse contexto, através do processo da Cúpula do G8, o Japão e a Europa reafirmaram sua cooperação em uma variedade de áreas, incluindo energia e mudanças climáticas, com as visitas do Primeiro-Ministro Fukuda à Rússia, em abril, e à Alemanha, Reino Unido e Itália, em junho, além das visitas ao Japão de chefes de estado e de governo do Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Rússia, assim como do Presidente da União Européia, para participarem da Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, em julho. Além disso, em outubro, o Primeiro-Ministro Aso participou da Reunião de Cúpula entre Ásia e Europa – ASEM (*Ásia-Europe Meeting*), onde confirmou o fortalecimento da

cooperação entre os dois continentes para enfrentar a crise financeira.

A Rússia continua administrando de forma estável sua situação política como um todo desde que o Presidente Dmitry Medvedev e o Primeiro-Ministro Vladimir Putin tomaram posse em maio. Quanto à política externa, vale notar que nos últimos anos a Rússia lançou uma nova política de desenvolvimento do Extremo Leste da Rússia e do Leste da Sibéria, aliada ao objetivo de fortalecer relações com a região da Ásia e do Pacífico, e tem ampliado suas atividades nessa área. Na relação bilateral entre Japão e Rússia, para construir uma importante relação de parceria para a região da Ásia e do Pacífico, o Japão tem avançado intensamente nas negociações em diversos níveis para chegar a uma solução final quanto à questão dos territórios do norte, incluindo entre chefes de estado e de governo e entre ministros das relações exteriores. Além disso, a cooperação baseada no Plano de Ação Japão-Rússia tem avançado em uma amplitude de áreas, incluindo no firme desenvolvimento de relações econômicas entre os dois países.

Com relação à situação envolvendo a Ossétia do Sul em agosto, com o conflito armado entre Geórgia e Rússia e o reconhecimento unilateral da independência da Ossétia do Sul e da Abecásia pela Rússia, o Japão afirmou sua posição de apoiar consistentemente a resolução pacífica dessas questões com base no princípio da integridade territorial da Geórgia e remeteu seu posicionamento aos países relevantes em relação a essa situação.

Na Ásia Central e Cáucaso, e na Europa Central e Leste Europeu, o Japão utilizou arcabouços regionais para promover, com base na política do “Arco de Liberdade e Prosperidade”, o diálogo e a cooperação com os países no processo de democratização e transição para economias de mercado.

### **África**

Embora sinais positivos tenham sido observados na África em anos recentes, como o progresso em direção à paz e estabilidade e o crescimento econômico favorável, sérios desafios ainda persistem, incluindo pobreza e conflitos, instabilidade política, doenças infecciosas, terrorismo e

crime organizado. Em 2008, em particular, muitos problemas receberam a atenção da comunidade internacional como as agitações no Quênia seguindo à eleição presidencial no final de 2007, a turbulência política interna no Zimbábue, a situação no Sudão incluindo a questão de Darfur, a instabilidade da região leste da República Democrática do Congo, e a questão da pirataria nas proximidades da costa da Somália e no Golfo de Áden. A crise financeira global e a desaceleração econômica também tiveram diversos impactos nos países da África. Na 4ª Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD IV), realizada em Yokohama em maio, discussões vigorosas foram realizadas em relação à direção futura do desenvolvimento africano. A Declaração de Yokohama foi adotada nessa conferência, convocando a ampliação dos esforços da comunidade internacional. O Japão tem implementado firmemente as medidas de assistência anunciadas na TICAD IV e na Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, através de medidas proativas nas frentes política e econômica tais como assistência aos centros de operações de manutenção da paz (OMP) na África e no envio de Missões Conjuntas para a Promoção do Comércio e de Investimentos para a África.

### **América Latina e Caribe**

Nos últimos anos, a América Latina e o Caribe têm aumentado sua crescente presença como grande fornecedor de minerais, energia e alimentos, além de estarem expandindo suas economias, consolidando suas democracias e economias de mercado, e fazendo com que sua voz cada vez mais influente seja ouvida na comunidade internacional. Ao mesmo tempo, a região enfrenta desafios persistentes como a pobreza e a desigualdade social.

O Japão tem se esforçado para fortalecer suas relações com a América Latina e o Caribe, com ênfase no fortalecimento das relações econômicas, assistência para o desenvolvimento estável na região e uma cooperação ampliada na esfera internacional. Na Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, em julho, e na Reunião de Cúpula da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) no Peru, em novembro, o Japão realizou diálogos de

alto-nível com o México, Brasil, Peru, Colômbia e alguns outros países.

O ano de 2008 foi um marco importante, celebrando o 100º aniversário da imigração japonesa para o Brasil e o 100º aniversário o estabelecimento de relações diplomáticas entre Japão e Colômbia. Em particular, o ano foi oficialmente designado como Ano do Intercâmbio Brasil-Japão, e diversos eventos foram realizados para comemorar o centenário. Em abril, uma cerimônia comemorativa sediada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros foi realizada em Tóquio, com a participação de Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz e Sua Alteza Imperial o Príncipe Herdeiro. Em junho, Sua Alteza Imperial o Príncipe Herdeiro fez uma viagem oficial pelo Brasil e visitou diversas partes do país. Tais eventos contribuíram para aumentar o intercâmbio entre as duas nações.

### **Esforços para Apoiar a Paz**

Atualmente, para que o Japão proteja seu território e as vidas e a prosperidade de seus cidadãos, se faz necessário colocar em prática uma política de segurança multifacetada que trate não só das ameaças tradicionais, mas também das não-tradicionais como a proliferação de armas de destruição em massa, o terrorismo internacional e a pirataria. Por esse motivo, o Japão manteve e reforçou os Acordos de Segurança entre Japão e EUA, estimulou relações estáveis com países vizinhos e fez esforços em prol da paz e estabilidade da comunidade internacional, tendo o desenvolvimento de capacidades apropriadas como objetivo fundamental.

Especificamente, o Japão tem promovido uma cooperação de bases amplas com os Estados Unidos na área de segurança paralelamente ao desenvolvimento e fortalecimento de estruturas de diálogos bilaterais e multilaterais com seus países vizinhos em diversos níveis, como o Fórum Regional da ASEAN – ARF (*ASEAN Regional Forum*). Além disso, com base no reconhecimento de que a conquista dos interesses nacionais do Japão depende da paz e estabilidade da comunidade internacional, o Japão participou de operações de manutenção da paz, retomando de atividades de apoio de reabastecimento no Oceano Índico e se envolvendo ativamente em questões como construção da paz, desarmamento e não-

proliferação, combate à pirataria, antiterrorismo e combate ao crime organizado internacional. O Japão também pretende estabelecer medidas rapidamente para combater a pirataria de todas as formas possíveis, uma vez que a pirataria é uma questão urgente do ponto de vista da proteção das vidas e da prosperidade dos cidadãos japoneses.

Outro assunto importante é a reforma antecipada do Conselho de Segurança da ONU, que desempenha um papel de grande relevância na manutenção da paz e segurança internacional. Para ampliar suas contribuições à comunidade internacional, o Japão tem feito esforços diplomáticos proativos em prol dos objetivos de reformar o Conselho de Segurança o quanto antes e tornar-se membro permanente do Conselho. Além disso, em outubro, o Japão foi eleito membro não-permanente do Conselho de Segurança (mandato: 2009-2010).

Na área da construção da paz, o Japão aprofundou as discussões na Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, e na TICAD IV, além de ter sido ativo em campo através de esforços como o envio das Forças de Autodefesa do Japão para a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) e a assistência na reconstrução do Iraque e Afeganistão, entre outras áreas. O Japão também consolidou mais amplamente seus esforços em áreas de contribuição intelectual, incluindo na qualidade de presidente da Comissão de Construção da Paz da ONU, e de desenvolvimento de recursos humanos para a construção da paz.

O Japão tem se envolvido ativamente em medidas para combater o crime organizado internacional, por exemplo, através do envio de uma delegação governamental ao Fórum de Viena para combater o Tráfico de Seres Humanos, realizado em fevereiro.

Para a paz e estabilidade da comunidade internacional, o Japão, como o único país que já sofreu a devastação de bombardeios atômicos, tem estado ativamente engajado no desarmamento e não-proliferação de forma consistente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Em 2008, o Japão encaminhou à Assembléia Geral da ONU a resolução “Determinação Renovada pela Eliminação Total de Armas Nucleares”, que foi adotada com apoio abundante. O Japão também estabeleceu em conjunto com a Austrália a Comissão Internacional sobre Não-Proliferação e Desarmamento Nuclear,

com o objetivo de contribuir para o sucesso da Conferência de Revisão de 2010 das Partes do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). O Japão tem, ainda, contribuído ativamente para o progresso das atividades da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Em dezembro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Hirofumi Nakasone assinou a Convenção sobre Munições de Fragmentação em uma conferência diplomática em Oslo. Quanto ao uso pacífico da energia nuclear, a “Iniciativa Internacional sobre Infraestrutura da Energia Nuclear baseada nos 3S” foi lançada na Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, através de uma Proposta do Japão para assegurar a não-proliferação/salvaguardas nucleares, segurança contra acidentes nucleares e segurança contra atividades ilegais envolvendo material nuclear (3S).

Na área científica, mantendo as recomendações do Conselho de Políticas Públicas de Ciência e Tecnologia e a aprovação e entrada em vigor da Lei Básica Espacial, em 2008, o Japão iniciou esforços na diplomacia científica e tecnológica assim como na diplomacia espacial.

### **Mudanças Climáticas e Meio Ambiente**

Assuntos ambientais globais são desafios comuns para toda a humanidade e esforços convergentes da comunidade internacional se tornaram uma questão urgente. Em particular, as discussões foram especialmente ativas com relação às mudanças climáticas, em esforços direcionados para a 15ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP15 - UNFCCC), que será realizada na Dinamarca no final de 2009 para decidir sobre o arcabouço pós-2012.

Sendo um país de liderança global nas áreas de meio ambiente e conservação energética, o Japão faz bom uso de suas capacidades tecnológicas e tomou a iniciativa de abordar questões globais sobre meio ambiente fornecendo assistência ambiental a países em desenvolvimento através da ODA e por outros meios, assim como através de contribuições para o estabelecimento de regras globais como os acordos ambientais multilaterais.

Foi nesse contexto que, em 2008, na qualidade de Presidente da Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, que teve “Meio Ambiente e Mudanças Climáticas” como um dos itens principais de sua pauta, o Japão desempenhou um papel ativo pela criação de um arcabouço justo e efetivo, incluindo a proposta do Primeiro-Ministro Fukuda de um “Programa de Promoção do Resfriamento da Terra” em seu discurso na Conferência de Davos em janeiro, além de seu discurso sobre políticas públicas em junho “Buscando tornar o Japão uma sociedade de baixo carbono”. Como resultado, a Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, em julho, foi bem sucedida para chegar a um consenso quanto às intenções de seus membros, incluindo dos Estados Unidos, em fazer com que todas as Partes do UNFCCC compartilhassem a meta de alcançar uma redução de pelo menos 50% nas emissões de gases de efeito estufa até 2050.

### **Promoção da Cooperação Internacional**

Nos últimos anos, o Japão tem estado empenhado em tornar a implementação de sua cooperação internacional mais estratégica e efetiva para lidar com os numerosos desafios globais. A cooperação internacional do Japão chamou a atenção de outros países em 2008 conforme o Japão sediou conferências internacionais sobre o desenvolvimento e a África como tema principal, e lançou a nova Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA (*Japan International Cooperation Agency*).

Em abril de 2008, na qualidade de presidente o G8, o Japão sediou a Reunião dos Ministros do Desenvolvimento do G8. Na Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, em julho, os principais temas discutidos na reunião foram Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, e Desenvolvimento e África. Na ocasião, o G8 reiterou sua determinação em alcançar os ODM. Além disso, a TICAD IV foi realizada em Yokohama em maio, antes da Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido. Na TICAD IV, o Japão detalhou um pacote de ajuda que incluiu medidas para dobrar sua ODA para a África até 2012.

Em outubro de 2008, com o objetivo de implementar a ODA mais efetivamente, as Operações de Cooperação Econômica no Exterior – OECOs (*Overseas Economic Cooperation Operations*) do Banco Japonês para a Cooperação Internacional –

JBIC (Japan Bank for International Cooperation) foram integrados à JICA. Essa nova JICA foi lançada como uma agência implementadora de três tipos de ajuda de forma integrada, especificamente cooperação técnica, empréstimos de ODA e doações. A nova JICA estabeleceu a estrutura para uma cooperação internacional de maior qualidade e mais adequada às necessidades dos países em desenvolvimento.

### **Economia Internacional e Medidas Internacionais de Aspectos Econômicos**

O ano de 2008 foi tumultuado para a economia global, uma vez que a primeira metade do ano trouxe um aumento acentuado nos preços dos alimentos e do petróleo bruto, enquanto a segunda metade teve uma piora na crise financeira e uma desaceleração econômica global desencadeada pelo problema dos empréstimos *subprime* nos Estados Unidos.

Em novembro, o Primeiro-Ministro Aso apresentou uma proposta na Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial em Washington DC, baseada nas experiências do Japão em superar sua própria crise econômica, enfatizando a necessidade de um rápido descarte dos ativos tóxicos de instituições financeiras, associado à injeções de capital com fundos públicos. O Plano de Ação concreto formulado na cúpula de Washington também obteve apoio das economias-membros da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) na Reunião de Líderes da APEC que foi realizada logo em seguida.

Quanto às Negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), que estão em curso há sete anos desde seu início em 2001, uma reunião ministerial foi realizada em Genebra, em julho, onde as discussões avançaram rapidamente em direção a um acordo nas áreas de agricultura e Acesso a Mercados Não-Agrícolas – NAMA (*Non-Agricultural Market Access*). Contudo, alguns pontos de impasse entre países relevantes quanto ao “Mecanismo de Salvaguardas Especiais” – SSM (*Special Safeguard Mechanism*), um mecanismo relacionado ao setor agrícola defendido por países em desenvolvimento, acabaram causando o fracasso da tentativa de acordo. Com o risco de protecionismo emergindo no mundo, países de grande relevância, incluindo o Japão, têm

continuado seus esforços para progredir nas negociações e chegar à conclusão da Rodada o quanto antes.

Como forma de suplementar a OMC, o Japão também tem promovido ativamente Acordos de Parceria Econômica (APEs). Acordos com a Indonésia, Brunei, Filipinas e com a ASEAN como um todo entraram em vigor em 2008, e foram assinados acordos com o Vietnã em dezembro de 2008 e com a Suíça em fevereiro de 2009. Existem negociações em curso com o Conselho de Cooperação do Golfo, Índia e Austrália, iniciadas em fevereiro de 2009. Consultas técnicas para considerar e criar um ambiente favorável para a retomada das negociações também foram realizadas duas vezes em 2008 com a República da Coreia (Coreia do Sul), com a qual as negociações foram suspensas. Além disso, o Japão tem contribuído proativamente para o estudo e exploração de outras parcerias econômicas na região.

Acordos de investimento com Camboja e Laos entraram em vigor em julho e agosto, respectivamente, enquanto acordos também foram assinados com o Uzbequistão em agosto e com o Peru em novembro.

Reforçar a segurança econômica do Japão assegurando acesso à energia e alimentos constitui um importante pilar da diplomacia econômica, assim como a promoção do livre comércio e investimentos. Ao fortalecer relações com países produtores de energia e ampliar a cooperação com agências internacionais como a Agência Internacional de Energia (AIE), o Japão está trabalhando para assegurar um abastecimento estável de recursos energéticos aliado à estabilidade de mercado. Quanto aos alimentos, o Japão tem conduzido a diplomacia em nível de chefes de estado e de governo voltada para o fortalecimento da segurança alimentar no Japão e no mundo, utilizando a Conferência de Alto-Nível sobre Segurança Alimentar Mundial, realizada em junho pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO (*Food and Agriculture Organization*), e a Cúpula do G8 de Toyako, Hokkaido, em julho.

### **Diplomacia Pública**

Aprofundar o entendimento de cidadãos de outros países sobre o Japão em uma

amplitude de áreas incluindo política, economia, sociedade e cultura, resulta em uma imagem melhorada e em uma confiança ampliada em relação ao Japão, com isso, contribuindo para a criação de relações amigáveis com outros países e um status internacional bem-estabelecido. O Japão tem promovido proativamente os esforços de diplomacia pública para transmitir mensagens não só aos governos de outras nações, mas também para formadores de opinião e o público geral diretamente. Em 2008, o Programa de Voluntariado Cultural do Japão foi lançado, através do qual voluntários são enviados ao exterior para difundir a cultura e a língua japonesa. Vinte e seis voluntários foram enviados em janeiro de 2009 à Hungria, Polônia, Bulgária e Romênia. Espera-se que essas atividades estimulem recursos humanos que sirvam como parte principal das relações amigáveis entre o Japão e esses países no futuro. Além disso, o Japão lançou o projeto Embaixador do Anime, voltado para aprofundar o entendimento sobre o Japão através do interesse nos animes japoneses, com a indicação do personagem de anime Doraemon como Embaixador do Anime em março. Um programa para transmitir um longa metragem de anime em diversos países pelo mundo também obteve ampla cobertura da mídia local. Atualmente, existem cerca de três milhões de estudantes da língua japonesa pelo mundo, um número que aumentou mais de 20 vezes ao longo dos últimos 30 anos. O Japão continuará ativamente engajado nesses esforços, uma vez que a difusão da língua japonesa no exterior promoverá intercâmbios com o Japão no futuro.

### **Diplomacia e Cidadãos Japoneses**

O Ministério dos Negócios Estrangeiros considera os assuntos consulares, focados na assistência de cidadãos japoneses no exterior, uma de suas duas pautas mais fundamentais, juntamente com as questões diplomáticas. Com mais de 17 milhões de

cidadãos japoneses viajando ao exterior por ano, as expectativas do povo japonês em relação aos serviços consulares são mais altas que nunca. Considerando essas expectativas dos japoneses, o Ministério está ativamente empenhado em reforçar uma amplitude de serviços consulares, tais como a disseminação de informações de segurança no exterior, a proteção de cidadãos japoneses envolvidos em acidentes ou incidentes, a emissão e renovação de passaportes, a administração do processo de voto no exterior, e o registro de famílias, que são questões intimamente relacionadas às vidas dos cidadãos japoneses no exterior. Além disso, o Ministério também trabalha para melhorar a qualidade de seus serviços e de sua implementação.

Para promover a diplomacia com o entendimento e apoio da grande maioria do público, o Ministério dos Negócios Estrangeiros coopera com autoridades locais, empresas e ONGs, trabalhando para fortalecer um sistema de engajamento de “todo o Japão”. Além disso, para ganhar amplo entendimento público sobre a política diplomática, o Ministério está empenhado em reforçar a comunicação em duas vias com o público através da Internet e de outros tipos de mídia, assim com através de diversos tipos de eventos.

Para promover ainda mais uma diplomacia a serviço do povo, é essencial reforçar as bases das capacidades diplomáticas japonesas, incluindo através do estabelecimento de novas missões diplomáticas no exterior, aumentando o número de funcionários do Ministério em níveis comparáveis com outras grandes nações desenvolvidas, e fortalecendo as capacidades de coleta e análise de informações. O Ministério continuará a fortalecer ativamente tais capacidades diplomáticas para desenvolver uma diplomacia baseada nos interesses nacionais, incluindo o de proteger os interesses de cidadãos japoneses no exterior.

## CAPÍTULO 2: Diplomacia Regional

### 1. Ásia e Pacífico

A conquista da prosperidade, estabilidade e abertura na região da Ásia e do Pacífico é indispensável para a segurança e prosperidade do Japão. Por esse motivo, é importante promover uma diplomacia proativa frente a frente com a Ásia baseada nas sólidas relações entre Japão e EUA para que a estabilidade e o crescimento sejam alcançados de forma sustentável nas nações asiáticas.

Tendo superado a crise econômica de 1997, a Ásia embarcou na onda da globalização para alcançar um alto crescimento econômico contínuo, com sua interdependência econômica mútua e interregional sendo aprofundada através da expansão de suas redes de produção de indústrias manufatureiras. A criação de um senso de comunidade dentro da região também tem emergido através da permeação de estilos de vida compartilhados, intercâmbios entre pessoas cada vez mais dinâmicos, e a expansão da cultura pop. Nesse cenário, houve intensas discussões nos últimos anos com relação à formação da comunidade do Leste Asiático. Contudo, apesar desses desenvolvimentos positivos, também emergiram desafios regionais comuns, como o terrorismo internacional e a pirataria, questões energéticas, e a gripe pandêmica e outras doenças infecciosas, enquanto a crise financeira recente e a desaceleração econômica global também impactaram negativamente a região asiática. Além disso, a situação na península da Coreia e outros aspectos do ambiente de segurança permanecem fatores de difícil previsibilidade.

Ademais, a China e a Índia, que possuem um quinto e um sexto da população mundial respectivamente, estão se tornando proeminentes em áreas como política, segurança e economia. Desenvolver construtivamente o potencial desses dois países de formas que contribuam para a estabilidade e o crescimento sustentável da Ásia e do mundo é uma questão de grande importância para o Japão.

O objetivo básico da diplomacia japonesa na Ásia e no Pacífico é compartilhar valores fundamentais na região, e criar uma região próspera e estável, onde a previsibilidade de longo prazo seja assegurada, com base no entendimento e cooperação mútuos, juntamente com outros países. Para esse fim, o Japão está implementando os seguintes três princípios fundamentais em sua diplomacia na região da Ásia e do Pacífico.

Primeiramente, o Japão reforçará ainda mais sua aliança com os Estados Unidos, que é a base fundamental da diplomacia japonesa, associada ao estímulo da paz e prosperidade na Ásia e no Pacífico juntamente com outros países, incluindo os EUA. Na área de segurança, o Japão continuará assegurando a dissuasão de qualquer movimento que possa desestabilizar a região, mantendo firmemente os Acordos de Segurança Japão-EUA, que são de importância vital para a segurança da região. Além disso, o Japão promoverá uma diplomacia ativa frente a frente com a Ásia, fortalecendo suas relações voltadas para o futuro com países vizinhos como a China e a República da Coreia (Coreia do Sul).

Em segundo lugar, para lidar com questões regionais comuns, além da diplomacia bilateral, o Japão promoverá a cooperação regional empenhando-se ativamente em quadros de trabalho para a cooperação regional no Leste Asiático, tais como a Cúpula do Leste Asiático – EAS (*East Asia Summit*), a Associação das Nações do Sudeste Asiático – ASEAN (*Association of Southeast Asian Nations*) +3, a cooperação Japão – ASEAN e a cooperação entre Japão, China e Coreia do Norte, assim como em quadros de trabalho com ampla participação de países de fora da região, como a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation*), o Fórum Regional da ASEAN – ARF (*ASEAN Regional Forum*) e a Reunião entre Ásia e Europa – ASEM (*Asia-Europe Meeting*).

Em terceiro lugar, o Japão enfrentará com humildade os fatos de sua história, que no

passado causaram danos tremendos e sofrimento aos povos das nações asiáticas. Com sentimentos de grande remorso e sinceras desculpas sempre em mente, e estando desde o fim da Segunda Guerra Mundial, por mais de 60 anos, trabalhando diligentemente como uma nação pacífica consolidada em uma sólida democracia e economia de mercado, o Japão continuará sua cooperação em diversas áreas, incluindo nos esforços para consolidar a paz, reforçar a governança e desenvolver regras econômicas, além de apoiar o desenvolvimento de uma Ásia fundamentada em valores essenciais compartilhados como a democracia, os direitos humanos e o estado democrático de direito.

A Península da Coreia, localizada adjacente ao Japão, é uma das áreas geográficas mais importantes para o Japão, que está localizado na região nordeste da Ásia. A Coreia do Sul é o vizinho mais próximo do Japão em termos geográficos, além de um importante vizinho com o qual o Japão possui relações extremamente próximas em diversas áreas, incluindo política, economia e cultura. A Coreia do Sul, assim como o Japão, é uma aliada dos Estados Unidos, e também compartilha com o Japão valores fundamentais como liberdade, democracia e direitos humanos básicos. Fortalecer ainda mais as relações de amizade e cooperação voltadas para o futuro é algo crítico para a estabilidade e prosperidade não apenas do Japão e da Coreia do Sul, mas também da região nordeste da Ásia como um todo.

Em 2008, em uma reunião de cúpula realizada por ocasião da posse do Presidente Lee Myung-bak em fevereiro, os líderes compartilharam a intenção de desempenhar uma “diplomacia de ponte aérea” em alto-nível, e quatro reuniões de cúpula foram convocadas ao todo, a primeira tendo sido realizada na ocasião da visita ao Japão do Presidente Lee em abril. Além disso, houve avanços nos diálogos multifacetados e de grande proximidade entre governos e nos intercâmbios do setor privado em diversas áreas, incluindo três Reuniões entre Ministros das Relações Exteriores da Coreia do Sul e do Japão. Além disso, o Primeiro-Ministro Taro Aso visitou a Coreia do Sul em janeiro de 2009, com os líderes confirmando que construiriam uma relação bilateral voltada para uma “parceria madura”;

Quanto à Coreia do Norte, a política básica do Japão é voltada para normalizar as relações entre os dois países através da resolução abrangente de seus preocupantes assuntos pendentes, incluindo sequestros, questões nucleares e de mísseis, e a resolução do passado de infortúnio entre as duas partes conforme a Declaração de Pyongyang entre Japão e Coreia do Norte. Segundo essa política, o governo do Japão tem feito esforços diplomáticos extremos para avançar tanto na desnuclearização da Península da Coreia quanto nas relações bilaterais entre Japão e Coreia do Norte, incluindo a questão dos sequestros.

Houve algum progresso na desnuclearização da Península da Coreia em junho de 2008, incluindo o envio de uma declaração da Coreia do Norte sobre seus programas nucleares à China, país que preside as Negociações entre Seis Partes (*Six-Party Talks*), assim como o trabalho pelo desmantelamento das instalações nucleares da Coreia do Norte. Contudo, a Coreia do Norte não demonstrou uma postura positiva quanto ao estabelecimento de uma estrutura concreta para a verificação, que é algo importante para alcançar uma desnuclearização verificável da Península da Coreia. O Japão continuará seus esforços persistentes para cooperar com os países relevantes na criação de uma estrutura concreta de verificação entre as seis partes.

Além disso, quanto às relações bilaterais entre Japão e Coreia do Norte, as Consultas de nível técnico entre os dois países foram realizadas duas vezes em 2008, chegando ao acordo de que a Coreia do Norte iniciaria uma investigação completa da questão dos sequestros, segundo termos concretos ajustados entre os dois países. Contudo, em setembro a Coreia do Norte enviou ao Japão um comunicado de que, embora a Coreia do Norte permanecesse comprometida em cumprir os acordos feitos nas Consultas de nível técnico, o país suspenderia o início da investigação. Desde então, o Japão tem insistido repetidamente que o lado norte-coreano comece as investigações o quanto antes, mas isso ainda não aconteceu. O Japão continuará cooperando e colaborando intimamente com outros países relevantes utilizando as Negociações entre Seis Partes e outras oportunidades diplomáticas para conduzir

discussões bilaterais sinceras com a Coréia do Norte e para reivindicar que o país tome ações concretas para resolver os assuntos pendentes, incluindo a questão dos sequestros.

A interdependência entre Japão e China tem crescido e se aprofundado, com uma proximidade cada vez maior nos intercâmbios entre pessoas e nas relações econômicas. Nesse contexto, a relação Japão – China é uma das relações bilaterais mais importantes para ambos os países. O ano de 2008, que marcou o 30º aniversário da conclusão do Tratado de Paz e Amizade entre o Japão e a República Popular da China, foi um ano histórico, no qual diálogos frequentes foram realizados pelos líderes dos dois países. Isso incluiu cinco visitas mútuas dos líderes, notavelmente a visita ao Japão do Presidente Hu Jintao em maio, que foi a primeira visita ao Japão de um Presidente Chinês nos últimos dez anos. O Japão e a China promoveram firmemente a criação de uma “Relação Mutuamente Benéfica Baseada em Interesses Estratégicos Comuns” através do fortalecimento da cooperação mutuamente benéfica em áreas de meio ambiente, energia, questões consulares e matéria penal; do estímulo ao entendimento e confiança mútuos através da expansão de vários tipos de intercâmbio, incluindo as visitas mútuas de jovens e intercâmbios entre funcionários governamentais de médio escalão, assim como intercâmbios na área de segurança; e a promoção da cooperação na região e na comunidade internacional em relação às questões norte-coreanas, questões financeiras e econômicas internacionais, e outros assuntos. A respeito da exploração de recursos no Mar do Leste da China, como o primeiro passo na conquista de um entendimento comum entre os líderes do Japão e China para tornar o Mar do Leste da China um “Mar de Paz, Cooperação e Amizade”, foi anunciado em junho um acordo sobre a exploração conjunta nas águas do norte e a participação de uma ou mais empresas japonesas especificamente na exploração da área do campo de petróleo e gás de Shirakaba (nome chinês: Chunxiao), onde a China já começou suas operações de exploração no lado chinês da linha média. Além disso, quanto à melamina e às massas congeladas de fabricação chinesa, assim como em outras questões relacionadas à saúde e segurança dos alimentos, o Japão tem insistido repetidamente que a China tome

medidas apropriadas quanto a esses importantes assuntos que afetam as vidas e a saúde de cidadãos japoneses e chineses, e que ambos os países concordem sobre a importância da íntima cooperação bilateral nessa área.

No futuro, o Japão e a China avançarão ainda mais em suas relações bilaterais, desenvolvendo diálogos e intercâmbios em todos os níveis e lidando de forma apropriada com as questões pendentes. Ambos os países também pretendem continuar a contribuir em conjunto para a paz, estabilidade e prosperidade da região e da comunidade internacional através da criação de uma “Relação Mutuamente Benéfica Baseada em Interesses Estratégicos Comuns”.

Nas relações do Japão com a Mongólia, uma ênfase crescente tem sido dada ao fortalecimento da cooperação na área econômica. Ambos os países tem se engajado em esforços como diálogos em diferentes níveis, incluindo a Reunião de Ministros das Relações Exteriores entre Mongólia e Japão e os diálogos sobre políticas públicas entre Ministros das Relações Exteriores, além das reuniões consultivas conjuntas entre setor público e privado, conduzidas com a intenção de fomentar as relações econômicas, assim como as relações políticas, que são igualmente favoráveis aos dois países.

A ASEAN, objetivando construir uma Comunidade da ASEAN até 2015, tem acelerado seus esforços de integração. Em 15 de dezembro entrou em vigor a Carta da ASEAN, o documento fundador da ASEAN que concede status legal à Associação.

A ASEAN tem uma importante posição geopolítica e se tornou uma grande atuante na região da Ásia e do Pacífico considerando o aprofundamento da interdependência econômica mútua. A ASEAN desempenhou um papel de grande importância na cooperação regional do Leste Asiático até o momento, e sua integração e desenvolvimento serão de extrema importância para a estabilidade e prosperidade do Japão e da região. A partir dessa perspectiva, o Japão continuará apoiando os esforços de integração da ASEAN.

O Japão também tem fortalecido suas relações com estados-membros individuais do Sudeste Asiático em diversas áreas, incluindo política, economia e cultura. Mais especificamente, em 2008, foram

realizados intercâmbios de opiniões frequentemente entre líderes nacionais, incluindo duas reuniões de cúpula realizadas com o Dr. H. Susilo Bambang Yudhoyono, Presidente da Indonésia, e reuniões de cúpula com o Sr. Choummaly Sayasone, Presidente do Laos e Secretário-Geral do Partido Popular Revolucionário do Laos, e com Dato' Seri Abdullah Haji Ahmad Badawi, Primeiro-Ministro da Malásia. Na esfera ministerial, uma Reunião entre Ministros das Relações Exteriores Mekong – Japão foi convocada pela primeira vez, Reuniões entre Ministros das Relações Exteriores foram realizadas com Camboja, Laos e Vietnã (CLV), e diálogos abrangentes sobre políticas públicas foram realizados no Comitê de Cooperação Japão – Vietnã para ampliar a cooperação mutuamente benéfica entre os dois países. Diálogos e intercâmbios ativos continuaram em alto-nível, por exemplo, através da visita do Ministro das Relações Exteriores Nakasone ao Camboja, Laos e Tailândia em janeiro de 2009.

Na área das parcerias econômicas, entrou em vigor o Acordo de Parceria Econômica Abrangente entre ASEAN e Japão – AJCEP (*ASEAN-Japan Comprehensive Economic Partnership*), o primeiro acordo multilateral desse tipo do Japão. Acordos de Parceria Econômica (APEs) Bilateral com a Indonésia, Brunei e Filipinas também entraram em vigor. Em agosto, o Japão aceitou candidatos indonésios nas áreas de enfermagem e tratamento de saúde pela primeira vez, baseado no APE Japão – Indonésia. Quanto ao APE Japão – Vietnã, os dois lados chegaram a um acordo sobre a maioria dos assuntos importantes em setembro e assinaram o Acordo em dezembro.

Na esfera cultural, o ano de 2008 marcou o 35º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Japão e Vietnã, o 55º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Japão e Camboja, e o 50º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Japão e Indonésia. O ano de 2009 é o Ano do Intercâmbio Japão – Mekong, com um amplo escopo de eventos comemorativos sendo realizados no Japão e nos países do Mekong.

O Sul da Região Asiática engloba a Índia, a maior democracia do mundo, e tem tido uma crescente e sólida presença nos últimos anos com sua população regional de aproximadamente 1,5 bilhões de

pessoas e seu alto índice de crescimento econômico na região como um todo. Na área econômica, em particular, a região tem potencial para desenvolver-se mais ainda no futuro e atraiu um grande nível de interesse da comunidade internacional, especialmente em relação à Índia, que é parte dos BRICs (Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China). Ao mesmo tempo, a região enfrenta questões como a democratização, a construção da paz e o antiterrorismo. As relações entre Japão e Índia não possuem um legado histórico negativo, e muitos países da região são tradicionalmente pró-Japão, apoiando o Japão nas eleições de instituições internacionais e em diversas outras ocasiões. Além disso, a região é geograficamente importante para o Japão devido a sua localização próxima às rotas marítimas que conectam a Ásia e o Oriente Médio. Portanto, é importante para o Japão estimular relações operacionais de proximidade com essa região.

Em 2008, enquanto os países do Sul da Ásia passavam por muitos avanços notáveis no processo de democratização através da realização de eleições, ataques terroristas de larga escala também aconteciam frequentemente. Em particular, o incidente terrorista em setembro contra um hotel de luxo no Paquistão e o ataque terrorista em Mumbai, Índia, em novembro, onde as vítimas incluíram um cidadão japonês dentre o grande número de mortes entre cidadãos estrangeiros, o que causou um impacto substancial na sociedade internacional. Os ataques em Mumbai, em particular, tiveram um impacto profundo nas relações entre Índia e Paquistão. A luta contra o terrorismo é uma questão urgente não apenas para a região do Sul da Ásia, mas também para toda a comunidade internacional. O Japão está envolvido em íntimos intercâmbios de opiniões e apoia a construção da confiança na região para que o terrorismo não resulte em instabilidade regional.

Uma vez que o Sul da Ásia é uma região importante para o Japão, o país está engajado em uma diplomacia proativa tanto nas relações bilaterais como dentro das estruturas multilaterais. Em suas relações com a Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional – SAARC (*South Asian Association for Regional Cooperation*), o único arcabouço regional do Sul da Ásia, o Japão apoia ativamente a estabilidade e o desenvolvimento regional baseado nos

três pilares de apoio aos esforços pela democracia e construção da paz, apoio à promoção da conectividade regional e promoção do intercâmbio entre pessoas.

A Austrália e a Nova Zelândia são importantes parceiros do Japão na região da Ásia e do Pacífico com valores básicos compartilhados. Em particular, o Japão ampliou a parceria estratégica abrangente com a Austrália através da promoção da cooperação prática nas áreas de política e segurança, além de uma relação econômica centrada no comércio de recursos naturais e alimentos. Os países-ilhas do Pacífico compartilham o Oceano Pacífico com o Japão e servem como uma fonte importante de recursos marítimos para o Japão. O Japão tem fortalecido firmemente suas relações com esses países, incluindo através de visitas de alto-

dois continentes para a comunidade internacional em relação à crise financeira internacional que agravou-se rapidamente depois do “Colapso do Lehman Brothers” em setembro. Naquela ocasião, um café da manhã informal para reunir chefes de estado e de governo dos países da ASEAN+3 foi convocado de última hora por iniciativa dos países relevantes, incluindo o Japão, para criar um espaço voltado para o compartilhamento de opiniões quanto à análise da Ásia em relação à situação atual e medidas responsivas.

Além disso, na 16ª Reunião de Líderes da APEC em novembro, a Declaração de Lima dos Líderes da APEC sobre a Economia Global foi adotada, simbolizando a intenção comum dos líderes em lidar de forma efetiva com a crise financeira, incluindo em relação ao impacto na economia real.

## 2. América do Norte

nível. O Japão também decidiu sediar a quinta Reunião de Líderes das Ilhas do Pacífico (PALM5) em Hokkaido, em maio de 2009.

Em 2008, a cooperação progrediu dentro de cada um dos arcabouços de cooperação regional do Leste Asiático.

Vários tipos de cooperação, em áreas como segurança energética, mudanças climáticas e meio ambiente, discutidas na Cúpula do Leste Asiático – EAS (*East Asia Summit*), continuaram a progredir com solidez em 2008. Nas Consultas Informais entre Ministros das Relações Exteriores da EAS, em julho, o progresso dessa cooperação e as direções futuras foram discutidos.

Na Sétima Reunião entre Ásia e Europa – ASEM (*Asia-Europe Meeting*), em outubro, os líderes emitiram a Declaração da Sétima Reunião entre Ásia e Europa sobre a Situação Financeira Internacional, que representa a mensagem comum entre os O Japão e os Estados Unidos são aliados que compartilham valores fundamentais e interesses estratégicos, e a aliança entre os dois países é a base fundamental da diplomacia japonesa. A Aliança entre Japão e EUA, com os Acordos de Segurança entre Japão e EUA como ponto central, trouxe paz e prosperidade ao Japão e ao Extremo Leste por mais de 60 anos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, além de ter funcionado efetivamente como a

Ademais, em dezembro, a cúpula entre Japão, China e Coréia do Sul, que até então só tinha ocorrido em associação com as Reuniões de Cúpula da ASEAN+3 e outros eventos diplomáticos similares, foi realizada independentemente pela primeira vez em Fukoka como uma Reunião de Cúpula Trilateral entre Japão, China e Coréia do Sul. Nessa Cúpula Trilateral, os líderes também compartilharam a intenção comum de fortalecer a cooperação nas áreas financeira e econômica internacionais. Os líderes dos três países assinaram, ainda, a Declaração Conjunta para fortalecer a cooperação trilateral com uma perspectiva voltada para o futuro objetivando elevar a cooperação entre Japão, China e Coréia do Sul a um nível mais elevado, além de publicarem um documento sobre cooperação na administração de desastres e o Plano de Ação para Promover a Cooperação Trilateral entre a República Popular da China, o Japão e a República da Coréia.

estrutura fundamental de apoio à estabilidade e desenvolvimento da região da Ásia e do Pacífico. Na região da Ásia e do Pacífico, que continua apresentando elementos de instabilidade seguindo o fim da Guerra Fria, a aliança entre Japão e EUA desempenha um papel indispensável como a base de sustentação da paz e prosperidade do Japão e da região.

O Japão e os EUA aprofundaram ainda mais suas relações em uma amplitude de

áreas, tratando de forma apropriada as questões bilaterais. Ambos os países também aproveitaram diversas oportunidades para agirem em íntima cooperação para assegurar a paz e prosperidade na região da Ásia e do Pacífico e lidar com questões globais enfrentadas pela comunidade internacional. O candidato do Partido Democrata, Barack Obama, que propunha a “mudança”, foi eleito na eleição presidencial de novembro de 2008, e a nova administração dos Estados Unidos tomou posse em janeiro de 2009. O Japão também começou a criar uma parceria íntima com a nova administração Obama, aproveitando diversas oportunidades para isso.

O Japão e o Canadá cooperam intimamente em áreas como política,

economia, segurança e cultura, como parceiros na região da Ásia e do Pacífico, compartilhando valores fundamentais, e como membros do G8. O ano de 2008 marcou o 80º aniversário das relações diplomáticas entre Japão e Canadá, os intercâmbios entre os dois países foram promovidos através de diversos tipos de eventos comemorativos e a relação bilateral foi fortalecida ainda mais com a primeira visita ao Japão do Primeiro-Ministro Stephen Harper em julho e a realização de uma reunião de cúpula bilateral. Nessa reunião, os líderes dos dois países concordaram em coordenar a visita ao Canadá de Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz em meados de 2009.

### 3. América Latina e Caribe

A América Latina e o Caribe englobam uma economia de 3,1 trilhões de dólares no PIB da região (três vezes mais que a ASEAN) e uma população de 560 milhões. A região tem uma presença econômica crescente no mundo, com um crescimento econômico anual de aproximadamente 5% nos últimos cinco anos (4,6% em 2008). A região também tem ganhado maior atenção internacional como fornecedores de minerais, incluindo metais raros, energia, e alimentos.

O Japão, tradicionalmente, tem boas relações com os países da região da América Latina e do Caribe, baseadas nos vínculos entre pessoas, incluindo os imigrantes japoneses e seus descendentes na região. Além disso, o Japão tem apoiado a consolidação da democracia e do desenvolvimento econômico nos países da América Latina e do Caribe, o que tem ajudado a tornar as relações com esses países ainda mais próximas. Nos últimos anos, os países da América Latina e Caribe, em geral, tiveram uma democracia estável e um crescimento econômico sólido baseado em uma economia de mercado, além de terem se tornado mais influentes na comunidade internacional. Atualmente, os países da região da América Latina e Caribe, com os quais o Japão compartilha de valores fundamentais, se tornaram importantes parceiros do Japão na comunidade internacional. O Japão desenvolve uma diplomacia nessa região com base em três pilares: (1) fortalecimento das relações econômicas; (2)

contribuição ao desenvolvimento estável da região; e (3) promoção da cooperação na esfera internacional.

Quanto ao fortalecimento das relações econômicas, o Governo Japonês, avaliando com precisão a situação das empresas japonesas e das condições locais, apoia o setor privado japonês através do desenvolvimento de estruturas legais tais como os Acordos de Parceria Econômica (EPA) e acordos bilaterais de investimentos, assim como através de consultas com os países anfitriões.

Para alcançar um desenvolvimento estável na região da América Latina e do Caribe, o Japão apoia ativamente os esforços dos governos da região em resolver os problemas profundamente enraizados da pobreza e desigualdade social através do fornecimento de assistência financeira e cooperação técnica em suas ações. Ao mesmo tempo, o Japão ajuda esses governos a buscar o desenvolvimento econômico sustentável.

Os 33 países da região da América Latina e do Caribe têm uma influência significativa na tomada de decisões nas Nações Unidas e em outros fora internacionais; e o Brasil, México e outras economias emergentes em particular tem se tornado atores cada vez mais importantes na economia e na política internacional. Com base nisso, o Japão trabalha intimamente com os países dessa região para lidar com assuntos globais considerados importantes pelo Japão, como meio ambiente e mudanças

climáticas, segurança humana e a reforma do Conselho de Segurança das ONU.

entidades em todos os níveis. Além disso, o Japão está utilizando estruturas regionais

#### 4. Europa

Além de compartilharem valores fundamentais como a democracia, os direitos humanos e o estado democrático de direito, o Japão e a Europa são parceiros estratégicos com papéis de liderança na promoção da estabilidade e prosperidade da sociedade internacional. É importante para o Japão avançar na cooperação e fortalecer ainda mais as relações bilaterais com os países da Europa, notavelmente o Reino Unido, França, Alemanha e Itália, que são membros do G8, como forma de fortalecer as bases sobre as quais a comunidade internacional reage efetivamente à questões globais em meio à atual situação internacional, com seus diversos elementos de instabilidade, incluindo a desaceleração econômica e recessão resultantes dos impactos da crise financeira, e as ameaças de segurança como o terrorismo e a proliferação de armas de destruição em massa. Além disso, o Japão compartilha diversas áreas e regiões geográficas preocupantes com a União Européia (UE), que aumentou sua influência através de avanços na integração e tomou um papel ativo em discussões internacionais sobre os assuntos envolvendo a Geórgia e a crise financeira, e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que passou por mudanças quanto à sua natureza desde a Guerra Fria, expandindo sua área de atuação para promover a paz e a estabilidade além da Europa e da região do Atlântico para o Afeganistão e outras localidades. É importante para o Japão avançar ainda mais em seus diálogos políticos e na cooperação com essas

para progredir com os diálogos e a cooperação nas áreas política e econômica com os países da Europa Central e do Leste Europeu, além dos países bálticos.

Em junho, o Primeiro-Ministro Fukuda visitou a Alemanha, o Reino Unido e a Itália. Realizando consultas substanciais com os líderes desses países e estimulando relações pessoais de confiança, ele deu passos extremamente importantes que também contribuíram para o sucesso da Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, em julho. Em outubro, o Primeiro-Ministro Aso participou da Sétima Reunião entre Ásia e Europa (ASEM 7), onde foi reafirmado o fortalecimento da cooperação entre Europa e Ásia para lidar com a crise financeira.

Muitas das principais figuras políticas da Europa também visitaram o Japão, incluindo visitas nos níveis de chefes de estado e de governo e do nível de ministros das relações exteriores, representando o Reino Unido, França, Alemanha, Itália e UE (a Presidência do Conselho da União Européia e da Comissão Européia), por ocasião da Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, em julho, e da Reunião de Ministros das Relações Exteriores do G8 em Quioto, em junho, confirmando a cooperação na área de mudanças climáticas e em muitas outras. É importante aprofundar as relações favoráveis entre Japão e Europa para construir cada vez mais relações cooperativas concretas, continuando a realizar íntimos intercâmbios de opinião com os países e instituições europeus.

#### 5. Rússia, Ásia Central e o Cáucaso

Na Rússia, desde que o Presidente Dmitry Medvedev e o Primeiro-Ministro Vladimir Putin tomaram posse em maio, a administração política tem sido executada de forma estável, sem mudanças grandes nos horizontes da política externa do país. Em sua diplomacia para a Ásia nos últimos anos, a Rússia tem adotado uma política de promoção do desenvolvimento do Extremo Leste da Rússia e do Leste da Sibéria e de fortalecimento das relações do país com a região da Ásia e do Pacífico. As

atividades da Rússia nessa região se tornaram cada vez mais dinâmicas tanto nas frentes econômica como de segurança. Embora a economia russa tenha continuado a crescer e as relações econômicas entre Japão e Rússia tenham aumentado aos poucos, os impactos da crise financeira começaram a aparecer ao final de 2008. A Rússia é um país vizinho importante para o Japão, e ampliar a cooperação e parceria entre os dois países dentro da região da Ásia e do Pacífico não

apenas consiste com os interesses estratégicos de ambos os países, mas também pode contribuir para a estabilidade e prosperidade da região. Nas relações entre Japão e Rússia, a cooperação tem avançado por uma amplitude de áreas com base no Plano de Ação Japão – Rússia, com a realização frequente de diálogos políticos de vários níveis, incluindo reuniões de cúpula e reuniões entre ministros das relações exteriores; e as relações econômicas entre os dois países têm se desenvolvido com solidez.

Para contribuir com a estabilidade e prosperidade da região da Ásia e do Pacífico, o governo japonês tem se dedicado a negociações intensas com o governo russo com a forte intenção de se chegar a uma resolução final da questão dos territórios do norte, o maior assunto pendente entre os dois países, para que Japão e Rússia possam estabelecer uma relação de nível mais alto, em que ambos os países possam crescer juntos na região.

Em agosto de 2008, o confronto armado entre a Geórgia e a Rússia quanto à Ossétia do Sul ocorreu na região do Cáucaso, atraindo a atenção das pessoas no mundo. Devido a seus recursos energéticos abundantes e sua importância geopolítica por estar situada na junção que reúne Ásia e Europa, assim como a Rússia e o Oriente Médio, a estabilidade e prosperidade da Ásia Central e da região do Cáucaso se tornaram uma questão preocupante de importância não só para o Japão, mas também para a comunidade internacional. Em junho, o Sr. Nursultan Nazarbayev, Presidente do Cazaquistão, visitou o Japão, ocasião em que as bases para relações mutuamente benéficas foram ampliadas. O Japão continua a apoiar os esforços nos países da Ásia Central e Cáucaso pela democratização e transição para uma economia de mercado, baseada no conceito de “Arco da Liberdade e Prosperidade”, através de meios bilaterais assim como da estrutura do Diálogo entre Ásia Central e Japão, e outros instrumentos diplomáticos.

## 6. Oriente Médio e Norte da África

A paz e a estabilidade na região do Oriente Médio são questões que afetam diretamente a paz e prosperidade da comunidade internacional como um todo. Assegurar a estabilidade dessa região também é extremamente vital para a segurança energética do Japão, que importa aproximadamente 90% de seu petróleo bruto da região.

Embora a região do Oriente Médio tenha observado avanços positivos em 2008, incluindo o crescimento econômico dos estados do Golfo no cenário de riqueza de recursos de petróleo aliada à melhoria da situação de segurança no Iraque, alguns desafios persistem como a deterioração da situação de segurança no Afeganistão e a questão nuclear do Irã. Além disso, os ataques militares de Israel na Faixa de Gaza que começaram em 27 de dezembro indicaram mais uma vez a instabilidade da situação da região. Ademais, a oscilação acentuada nos preços do petróleo bruto e a crise financeira global também trouxeram impactos significativos para a economia regional.

Nesse pano de fundo, o Japão está engajado proativamente na diplomacia com o Oriente Médio em cooperação com a

comunidade internacional, buscando as duas principais metas de trabalhar para assegurar a estabilidade do Oriente Médio e assegurar a segurança energética do Japão.

O Japão também tem desenvolvido mais ainda suas relações com países do Oriente Médio com a frente econômica como eixo, centrada em questões energéticas. Atualmente o Japão tem promovido esforços para construir relações multifacetadas sobre uma amplitude de áreas como política, cultura e ciência e tecnologia.

Em maio, o Ministro das Relações Exteriores Kouchi visitou o Afeganistão e anunciou que o Japão, como presidente do G8, apoiaria a coordenação e cooperação entre a comunidade internacional e o governo afegão com relação à assistência ao Afeganistão.

Em julho, o Japão engajou-se proativamente em esforços pelo processo de paz no Oriente Médio, sediando a terceira Reunião Ministerial da Unidade Consultiva entre Quatro Partes para a “Iniciativa Corredor de Paz e Prosperidade” em Tóquio, além de outros esforços.

Em outubro, o Japão e os Emirados Árabes Unidos (EAU) foram co-presidentes da Reunião Ministerial da Iniciativa Ampla para o Oriente Médio e o Norte da África – BMENA (*Broader Middle East and North Africa*) “Fórum para o Futuro”, realizada nos EAU. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Nakasone e o Secretário de Estado para Assuntos Internacionais Seiko Hashimoto lideraram as discussões sobre apoio à reforma na região do Oriente Médio e Norte da África e sobre medidas para combater a crise financeira internacional.

O Secretário de Estado para Assuntos Internacionais Hashimoto e o Enviado

Especial do Primeiro-Ministro Shinzo Abe visitaram o Iraque em dezembro de 2008 e janeiro de 2009, respectivamente, realizando consultas para desenvolver ainda mais a relação de amizade de longo prazo entre o governo do Japão e o governo da República do Iraque em uma amplitude de áreas, seguindo a finalização da missão de cinco anos no Iraque das Forças de Autodefesa do Japão. A Declaração Estabelecendo uma Parceria Abrangente entre Japão e Iraque foi anunciada durante a visita do Enviado Especial Abe.

## 7. África

O ano de 2008 foi historicamente importante tanto para o Japão como para a África. O Japão assumiu um papel proeminente nas discussões internacionais sobre desenvolvimento africano sediando a 4ª Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD IV), em maio, e a Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, em julho. Visitas mútuas de nível ministerial e de cúpula entre ambos os lados foram realizadas frequentemente. Por exemplo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Koumura visitou a Tanzânia em janeiro, seguido pelo Enviado Especial do Governo do Japão (ex-Primeiro-Ministro) Yoshiro Mori, que participou e discursou na Décima Sessão Ordinária da Assembleia da União Africana realizada na Etiópia. Em março, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Koumura visitou o Gabão e, em abril, a Décima Reunião do Fórum de Parceria com África (*África Partnership Forum*) foi realizada em Tóquio. Em setembro, o Enviado Especial do Governo do Japão, o Sr. Mori, participou da Reunião de Alto-Nível sobre as Necessidades de Desenvolvimento da África na ONU e proferiu um discurso no âmbito das atividades de acompanhamento relacionadas à TICAD IV.

Embora sinais positivos como os avanços em direção à paz e estabilidade e o forte crescimento econômico observados na África nos últimos anos, questões como pobreza e conflitos, instabilidade política, doenças infecciosas, terrorismo e crime organizado permanecem graves. A crise financeira global e o declínio econômico também estão impactando os países da

África de diversas formas. É responsabilidade do Japão, como um país que possui uma importante posição na comunidade internacional, fazer esforços para resolver essas questões. Esses esforços também são significativos para aprofundar as relações de cooperação com a África, que tem aumentado sua presença na comunidade internacional. As relações com a África, com seus abundantes recursos naturais e uma população grandiosa e sempre crescente, também possuem grande significância para o futuro da economia japonesa.

Reconhecendo isso, o Japão apoia proativamente os esforços dos países africanos para resolver seus próprios problemas tanto na esfera econômica como política, (1) acelerando o crescimento econômico e reduzindo a pobreza e (2) alcançando a consolidação da paz e boa governança. Essa política continua imutável mesmo em meio à crise financeira global, e o Japão implementará firmemente suas medidas de assistência anunciadas na TICAD IV e na Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido.

O apoio e entendimento do povo do Japão são essenciais para que o governo japonês trate ativamente das questões do continente africano. Com relação à isso, o governo do Japão promoveu uma ampla variedade de atividades de relações públicas para a TICAD IV e a Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido. Como resultado, a percentagem do público japonês que sentia afinidade com os países africanos chegou a seu nível mais alto da história.

## CAPÍTULO 3: A Política Externa do Japão nas Principais Áreas Diplomáticas

### **1. Esforços para Alcançar a Paz e Estabilidade na Comunidade Internacional**

#### **(a) As políticas de Segurança do Japão**

O atual ambiente de segurança internacional mudou desde a era da Guerra Fria. Enquanto a probabilidade de conflitos entre superpotências está diminuindo, os conflitos regionais estão em ascensão. Além disso, as ameaças se intensificaram, incluindo a proliferação de armas de destruição em massa e mísseis, o aumento no terrorismo internacional como na série de ataques terroristas em Mumbai na Índia, e casos de pirataria, assim como questões globais como pobreza, meio ambiente, refugiados, narcóticos ilegais e doenças infecciosas. Nesse contexto, para que o Japão mantenha sua integridade territorial, proteja as vidas e propriedades dos cidadãos japoneses e assegure a prosperidade e o desenvolvimento, é necessário que o Japão tenha uma política de segurança multifacetada para lidar não só com ameaças tradicionais, mas também com as não-tradicionais. Especificamente, além do desenvolvimento de capacidades de defesa adequadas e da manutenção e reforço dos Acordos de Segurança Japão – EUA, é importante continuar avançando ativamente nos esforços diplomáticos para ampliar as relações internacionais estáveis com países vizinhos e esforços em prol da paz e estabilidade na comunidade internacional.

Com base nessa perspectiva, em 2008, além da participação nas operações de manutenção da paz (OMP) das Nações Unidas, incluindo o remanejamento das Forças de Autodefesa do Japão para a sede da Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), a retomada das atividades de apoio ao reabastecimento no Oceano Índico pelas Forças de Autodefesa Marítima do Japão e o término bem sucedido das atividades de assistência de transporte das Forças de Autodefesa Aérea

do Japão no Iraque, o governo japonês, na qualidade de presidente do G8, engajou-se ativamente em diversos assuntos como a construção da paz, o desarmamento e a não-proliferação, e o combate ao terrorismo e crime organizado internacionais.

Garantir a segurança das rotas marítimas, incluindo as rotas beirando a costa da Somália e no Golfo de Áden, onde os esforços do Japão continuam sendo feitos diligentemente, é uma questão diretamente ligada à garantia da paz e prosperidade do Japão. Com o objetivo de assegurar as vidas e propriedades dos cidadãos japoneses, o Japão promoverá a cooperação para fortalecer as garantias de cumprimento da lei marítima e o desenvolvimento de recursos humanos nas nações costeiras. Além disso, quanto a suas medidas internas para combater a pirataria, o Japão considerará com mais abrangência o estabelecimento de um novo marco legal e uma rápida tomada de medidas legais dentro das estruturas existentes.

Em outubro, o Japão foi eleito membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A paz e estabilidade da comunidade internacional são essenciais para promover os interesses nacionais do Japão e o país continuará trabalhando ativamente pela reforma do Conselho de Segurança o quanto antes e para tornar o Japão um membro permanente do conselho.

A comunidade internacional enfrenta atualmente diversos desafios e o Japão ampliará ainda mais os seus esforços nas áreas já mencionadas, além de desenvolver uma política de segurança agressiva e proativa.

#### **(b) Os Acordos de Segurança entre Japão e EUA**

Os Acordos de Segurança entre Japão e EUA funcionam efetivamente como o

arcabouço fundamental que sustenta a estabilidade e o desenvolvimento na região

da Ásia e do Pacífico, além de trazer a paz e prosperidade para o Japão e para o Extremo Leste desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, as questões nucleares e de mísseis balísticos da Coreia do Norte demonstram que elementos de instabilidade ainda existem na região da Ásia e do Pacífico mesmo depois do fim da Guerra Fria em situações envolvendo a Península da Coreia e o Estreito de Taiwan, entre outras. Para assegurar a paz e estabilidade do Japão e da região, sob tais circunstâncias, é crucial que o Japão continue fortalecendo os Acordos de Segurança entre Japão e EUA juntamente com seu aliado norte-americano.

Os governos do Japão e dos Estados Unidos continuam realizando consultas minuciosas para fortalecer ainda mais o regime dos Acordos de Segurança, incluindo consultas sobre o

reposicionamento das Forças Americanas no Japão. Além disso, os Estados Unidos têm reconfirmado em diversas ocasiões o seu comprometimento inabalável com suas obrigações de defesa para com o Japão.

Em uma conversa telefônica realizada logo após a eleição do Senador Barack Obama como o próximo Presidente dos Estados Unidos, o Primeiro-Ministro Aso parabenizou o presidente eleito e afirmou que o fortalecimento da aliança Japão – EUA é um componente fundamental da política externa japonesa. O Primeiro-Ministro Aso também acrescentou que os dois países deviam cooperar intimamente nos vários desafios enfrentados pela comunidade internacional. O Presidente eleito Obama respondeu que também gostaria de trabalhar em proximidade com o Primeiro-Ministro nessas questões e fortalecer ainda mais a aliança.

### **(c) Esforços para Combater e Erradicar o Terrorismo**

Desde os ataques terroristas nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, a comunidade internacional tem colocado o combate ao terrorismo entre suas prioridades mais altas. As medidas antiterrorismo têm sido fortalecidas progressivamente em diversos fora como as Nações Unidas, o G8 e outras estruturas multilaterais, a ASEAN, a APEC, a ASEM e outros organismos de cooperação regional, assim como na cooperação bilateral.

Embora a liderança de organizações terroristas internacionais como a “Al-Qaeda” e outros grupos relacionados tenha diminuído graças aos esforços da comunidade internacional em combater o terrorismo, sua força permanece substancial.

Além disso, a ameaça de organizações extremistas no mundo, influenciada pelas ideologias e metodologias dessas redes, permanece expressiva até hoje. O ano de 2008 mais uma vez teve um grande número de ataques terroristas pelo mundo, afetando inclusive cidadãos japoneses com a ameaça do terrorismo internacional. O terrorismo é uma questão com impactos

que vão muito além da segurança de uma nação e seus cidadãos. Seu impacto nos investimentos, no turismo, no comércio e em outras áreas é uma questão que afeta intensamente a economia de nosso país. O posicionamento fundamental do Japão é que o terrorismo não pode ser justificado ou tolerado por qualquer motivo que seja. As atividades do Japão desempenhadas com base na Lei de Medidas Especiais Antiterrorismo (2001) foram temporariamente suspensas quando a lei perdeu sua validade, mas essas atividades foram retomadas com a aprovação da Lei de Medidas Especiais de Apoio ao Reabastecimento em janeiro. Além disso, um projeto revisado foi aprovado em dezembro, ampliando a validade da lei por mais um ano. O Japão considera o antiterrorismo um problema de segurança nacional e pretende utilizar diversas abordagens, como pela assistência a outros países e o fortalecimento de estruturas legais internacionais, para continuar a consolidar ativamente seus esforços antiterrorismo em cooperação com a comunidade internacional.

### **(d) Segurança Marítima**

O Japão é um estado marítimo e uma nação comercial que depende do transporte marítimo para importar energia e alimentos e para realizar grande parte de seu comércio internacional. Para o Japão,

assegurar a segurança marítima, incluindo a segurança da navegação e o combate ao terrorismo e à pirataria, é algo que afeta diretamente a existência e a prosperidade

da nação, além de ser essencial para o desenvolvimento econômico da região.

O Japão está bastante preocupado com o rápido aumento atual do número de atos de pirataria em rotas marítimas fundamentais que conectam a Europa e o Oriente Médio com o Leste Asiático, incluindo o Estreito de Malaca, a área nas proximidades da costa da Somália e o Golfo de Áden. Mais especificamente, as embarcações estão sob risco constante de ataque por piratas na região próxima à costa da Somália e a Associação de Donos de Embarcações do Japão assim como a União Nacional de Navegadores Japoneses fizeram fortes apelos ao governo pelo envio de embarcações das Forças de Autodefesa

Marítima do Japão para essas regiões. Além de ser uma questão preocupante internacionalmente, o combate à pirataria também é um assunto urgente do ponto de vista da proteção das vidas e dos bens dos cidadãos japoneses, que é um dos deveres mais fundamentais do governo.

Quanto às medidas antipirataria do Japão, o país tem compilado informações de segurança para as empresas de transporte marítimo e coordenado questões de segurança junto à nações amigas. O Japão também tem promovido cooperação em diversas áreas, incluindo na ampliação das capacidades de cumprimento da lei marítima e no desenvolvimento de recursos humanos em nações costeiras.

### **(e) Medidas para Combater o Crime Organizado Internacional**

O tráfico de pessoas, crimes relacionados a drogas, crimes virtuais, lavagem de dinheiro e outros crimes organizados transfronteiriços (crime organizado internacional) têm se intensificado como resultado da globalização, da sofisticação das redes de comunicação e da expansão do deslocamento de pessoas. As Nações Unidas, o G8, o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI), entre

outros estão engajados em esforços intensos para reagir de forma apropriada a essas questões. O Japão está ativamente envolvido em tais esforços internacionais para combater o crime organizado internacional, reconhecendo que esse problema afeta a segurança pessoal e patrimonial dos cidadãos japoneses e que é necessário que a comunidade internacional trate a questão de forma coordenada.

### **(f) Segurança Regional**

Na região da Ásia e do Pacífico, ainda não desenvolvemos um mecanismo de segurança e defesa coletiva multilateral análogo à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Europa devido a fatores como a diversidade de culturas, etnias e sistemas políticos e econômicos. Ao invés disso, a estabilidade regional tem sido mantida primordialmente através de acordos de segurança bilaterais centrados nos Estados Unidos. O Japão considera a melhoria e o fortalecimento de diálogos multilaterais e bilaterais regionais em diversos níveis algo prático e adequado, juntamente com a garantia da presença e do envolvimento dos Estados Unidos para alcançar um ambiente estável de segurança em torno do Japão e garantir a paz e estabilidade na região da Ásia e do

Pacífico. Esse é o ponto fundamental dos esforços diplomáticos para assegurar a estabilidade do ambiente internacional que cerca o Japão.

O Governo Japonês está engajado em diálogos de segurança e intercâmbios na área de defesa através de estruturas bilaterais com países vizinhos. Dessa forma, o Japão tem feito esforços para ampliar a confiança mútua e promover a cooperação na área de segurança.

Quanto à abordagem multilateral, o Japão tem se utilizado do Fórum Regional da ASEAN (ARF), uma arcabouço político e de segurança para toda a região, do qual os principais países da Ásia e do Pacífico participam.

### **(g) As Nações Unidas**

A comunidade internacional de hoje enfrenta muitos desafios que não podem ser tratados isoladamente por países ou

regiões, incluindo mudanças climáticas, terrorismo, proliferação de armas de destruição em massa, pobreza e doenças

infecciosas. Isso fez com que as Nações Unidas (ONU) assumissem um papel cada vez mais importante. Para promover a cooperação centrada nas Nações Unidas, que é um dos principais pilares da política diplomática do Japão, o país busca a realização da reforma da ONU o quanto antes, especialmente a reforma do Conselho de Segurança, além de buscar contribuir com recursos humanos e financeiros para as organizações internacionais, incluindo no âmbito da ONU, objetivando ampliar seus interesses nacionais na comunidade internacional.

O Japão foi eleito membro não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em outubro de 2008 com o apoio de um grande número de estados-membros da ONU. Essa será a décima vez em que o Japão assume uma participação não-permanente, sendo o país mais

frequente nessa modalidade dentre todos os outros estados-membros da ONU. Nesse mandato de dois anos como membro do CSNU, que começa em 2009, o Japão pretende participar ativamente das discussões do Conselho. Além disso, sendo um país que deseja tornar-se membro permanente do Conselho, o Japão pretende assumir um papel que reforce a dinâmica pela realização, o quanto antes, da reforma do Conselho de Segurança e da nomeação do Japão para uma vaga permanente no CSNU.

Uma vez que o entendimento do povo japonês quanto ao papel da ONU e os esforços do Japão é essencial para o firme progresso do país em sua diplomacia na ONU e em outras organizações internacionais, o Japão também promoverá ativamente ações de relações públicas.

#### **(h) Esforços pela Construção da Paz**

Houve muitos progressos nos esforços pela construção da paz em 2008, tanto em nível global como internamente. O Japão realizou a 4ª Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD IV) em maio, onde a consolidação da paz foi discutida como área prioritária. O Japão também sediou a Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, em julho, onde a “construção e manutenção da paz” foi um dos temas principais da área de Assuntos Políticos. Na Cúpula, o Japão liderou a iniciativa de ampliar as capacidades de construção da paz mundialmente nas esferas militar, civil e policial. Além disso, o programa do Japão de desenvolvimento de recursos humanos para a construção da paz tomou raízes mais profundas e será fortalecido mais amplamente nos próximos anos. Nas Nações Unidas, o Japão presidiu a Comissão de Construção da Paz e o Conselho de Segurança também tem se tornado mais consciente quanto às questões de construção da paz.

A Construção da Paz, ou seja, esforços incessáveis para facilitar o processo de paz e manter a segurança, da reconstrução ao desenvolvimento, visando prevenir o

surgimento de novos conflitos, é uma das questões mundiais mais críticas atualmente, juntamente com a luta contra o terrorismo e a prevenção da proliferação de armas de destruição de massa. Nesse cenário, tanto a qualidade quanto a quantidade dos esforços da comunidade internacional têm se intensificado nas áreas de prevenção de conflitos, mediação da paz, operações de manutenção da paz, assistência humanitária, desenvolvimento de instituições administrativas e assistência de reconstrução.

A paz e estabilidade da comunidade internacional são indispensáveis para um maior desenvolvimento do Japão. Com base nesse reconhecimento, o país considera a construção da paz uma de suas prioridades diplomáticas e tem feito esforços concretos em três áreas principais: esforços em campo por meio de contribuições às atividades das operações de manutenção da paz (OMP) das Nações Unidas, fornecimento de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (ODA), e contribuições intelectuais e desenvolvimento de recursos humanos.

#### **(i) Desarmamento e Não-Proliferação (Incluindo Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia e na Área de Energia Nuclear)**

O Desarmamento e a Não-Proliferação são questões que o Japão deve tratar como

membro da comunidade internacional para desenvolver um ambiente de segurança

favorável e alcançar um mundo pacífico. Sendo o único país que já sofreu a devastação de bombardeios atômicos, o Japão tem pedido consistentemente a manutenção e ampliação do regime de desarmamento e não-proliferação internacional, buscando alcançar um mundo pacífico, livre de conflitos e armas nucleares.

Em 2008, ações coordenadas da comunidade internacional continuaram sendo necessárias para lidar com diversos desafios relacionados ao regime de desarmamento e não-proliferação nuclear internacional, incluindo as questões nucleares com a Coreia do Norte e o Irã.

O empenho do Japão para manter e fortalecer o regime de desarmamento e não-proliferação nuclear incluiu os esforços feitos na Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido; os esforços para contribuir com o sucesso da Conferência de Revisão de 2010 das Partes do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), abrangendo a Comissão Internacional sobre Não-Proliferação e Desarmamento Nuclear, estabelecida como uma iniciativa

conjunta do Japão e Austrália; e o envio de uma proposta preliminar de resolução sobre desarmamento nuclear para a Assembléia Geral das Nações Unidas. Essa proposta de resolução foi aceita com apoio generalizado por uma maioria jamais vista de países-membros.

O Japão também fez esforços para reforçar a Convenção sobre Armas Biológicas e a Convenção sobre Armas Químicas.

Além disso, com relação ao desarmamento e não-proliferação de armas convencionais, o Japão engajou-se no desenvolvimento, implementação e fortalecimento de instrumentos internacionais, assim como na implementação e assistência a projetos de remoção de minas terrestres e de coleta de armamentos leves e armas de baixo calibre em países afetados.

Quanto à ciência, paralelamente ao desenvolvimento da cooperação bilateral e multilateral na área de ciência e tecnologia em geral, e na energia nuclear, o Japão lançou seus programas de “diplomacia em ciência e tecnologia” e “diplomacia espacial”.

## **2. Esforços do Japão para lidar com Questões Globais e pela Cooperação Internacional**

### **(a) Promoção da Cooperação Internacional**

Desde o estabelecimento do Bureau de Cooperação Internacional no Ministério dos Negócios Estrangeiros em agosto de 2006, o Governo do Japão tem trabalhado para fortalecer o valor estratégico de sua cooperação internacional e fortalecer a efetividade de sua implementação dentro da nova organização.

Especificamente as “Políticas Prioritárias e Questões Prioritárias Regionais para a Cooperação Internacional” do ano fiscal de 2008 estabelecem as seguintes prioridades para promover a cooperação internacional em correspondência com as discussões do Conselho de Cooperação Econômica Internacional presidido pelo Primeiro-Ministro, a Central de Planejamento da Cooperação Internacional no Ministério dos Negócios Estrangeiros, entre outros: (1) assistência a países em desenvolvimento com relação a questões de meio ambiente e mudanças climáticas; (2) assistência a países em desenvolvimento com relação ao aumento acentuado dos preços dos alimentos; (3) construção e consolidação da paz, e reconstrução; (4) promoção do

crescimento econômico de países em desenvolvimento e da prosperidade econômica do Japão; (5) assegurar a segurança humana.

Com o objetivo de implementar a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (ODA) mais efetivamente, em outubro de 2008, a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e as Operações de Cooperação Econômica no Exterior (OECOs) do Banco Japonês para a Cooperação Internacional (JBIC) foram integradas para formar a nova JICA e promover a implementação integrada de três tipos de programas de ajuda, especificamente cooperação técnica, empréstimos de ODA e doações. Além disso, em um esforço para garantir recursos e energia, e para lidar com questões de meio ambiente e mudanças climáticas, em abril de 2008, o governo anunciou a “Cooperação Público-Privada para Aceleração do Crescimento”, desenvolvida para fortalecer ainda mais a cooperação com empresas privadas. Atividades de relações públicas estão

sendo desempenhadas ativamente tanto dentro do Japão como no exterior com relação a tais esforços do governo japonês.

Em 2008, na qualidade de presidente do G8, o Japão seidou a Reunião de Ministros do Desenvolvimento do G8 em abril e a Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, em julho. Essa reunião de cúpula abordou assuntos de meio ambiente e mudanças climáticas, desenvolvimento e África, assim como outros assuntos como temas principais, com o G8 afirmando sua determinação em alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Antes da Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, a 4ª Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD IV) foi realizada em Yokohama, em maio, com discussões ativas sobre a aceleração

do crescimento econômico, a garantia da segurança humana e outros assuntos, resultando na Declaração de Yokohama, que trata dos esforços e da direção futura do desenvolvimento africano.

O Japão está determinado a continuar contribuindo com a paz e prosperidade do mundo através de um envolvimento ativo no progresso dos países em desenvolvimento e em questões globais. O país também aumentará seus esforços para promover a cooperação internacional em correspondência com a política externa japonesa e assumirá uma posição de liderança, especialmente na questão do desenvolvimento africano, mudanças climáticas, saúde global e segurança alimentar.

## **(b) Meio Ambiente e Mudanças Climáticas**

Os problemas ambientais globais, incluindo as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade, são uma ameaça grave à sobrevivência da humanidade. O Japão reconhece que a conservação do meio ambiente global é responsabilidade da geração atual para como o futuro do planeta e tem se envolvido nessa questão como um assunto diplomático importante. Particularmente, sendo uma nação proeminente no mundo nas áreas de conservação energética e meio ambiente, utilizando-se de seu alto nível tecnológico, o Japão tem liderado esforços para lidar com as questões ambientais globais, auxiliando os países em desenvolvimento na área ambiental através da ODA e da formulação de regras internacionais como os acordos ambientais multilaterais.

Na qualidade de presidente da Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, realizada em julho de 2008, o Japão identificou a questão de meio ambiente e mudanças climáticas como um dos principais temas

da cúpula, e liderou as discussões para promover a negociação sobre a estrutura futura para lidar com o problema das mudanças climáticas. O país também ajudou a estimular esforços nas áreas de desmatamento, biodiversidade, 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), e Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

Quanto às questões de mudanças climáticas, discussões sobre o arcabouço para o período posterior ao comprometimento inicial do Protocolo de Quioto, que se encerra em 2012, vem sendo conduzidas ativamente até o momento. Um acordo quanto à essas negociações deverá ser firmado na 15ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP15), que será realizada na Dinamarca ao final de 2009. O Japão apresentou uma proposta sobre sua abordagem fundamental nas negociações da ONU em setembro de 2008.

## **(c) Direitos Humanos**

Os direitos humanos e a democracia são valores universais. Desenvolver essas bases suficientemente em cada país contribui para o estabelecimento de uma sociedade próspera e pacífica e, portanto, para a paz e segurança da comunidade internacional. A importância dos direitos humanos foi reafirmada na Cúpula Mundial de 2005 das Nações Unidas como parte de um movimento para disseminar os direitos humanos, promovido pelo ex-Secretário-

Geral da ONU, Kofi Annan, e baseado na perspectiva de que os direitos humanos devem ser enfatizados em todas as atividades das Nações Unidas.

Para esse fim, a Assembléia-Geral da ONU decidiu, em março de 2006, estabelecer o Conselho de Direitos Humanos em substituição à Comissão de Direitos Humanos como órgão subsidiário da Assembléia-Geral. O Japão têm sido membro do Conselho de Direitos Humanos

desde seu estabelecimento, em 2006. Na terceira eleição para o Conselho, realizada em maio de 2008, seguindo a aproximação do final do mandato de seus membros, o Japão foi reeleito como membro do Conselho, obtendo o maior número de votos dentre o Grupo Asiático, com 155 votos.

O Japão fortalecerá sua política externa para a promoção dos direitos humanos e

da democracia de forma abrangente, através do desenvolvimento das bases democrática e de direitos humanos fundamentadas na assistência de desenvolvimento e relacionando esforços em prol dos direitos humanos e da democracia em fora multilaterais como a ONU com esforços em fora bilaterais através de diálogos sobre direitos humanos e assistência de desenvolvimento.

#### **(d) O “Estado Democrático de Direito” na Comunidade Internacional**

O Japão estabeleceu a promoção do “estado democrático de direito” na comunidade internacional como um dos pilares de suas políticas diplomáticas, e tem se empenhado ativamente em diversos esforços para esse fim. O estabelecimento do “estado democrático de direito” na comunidade internacional traz estabilidade às relações entre países e constitui um fundamento essencial para assegurar a dinâmica das atividades empresariais e privadas em nível internacional.

O Japão empenha-se para assegurar seus interesses territoriais e marítimos, assim como a segurança e prosperidade dos cidadãos japoneses. Para alcançar esses objetivos, é importante que o Japão participe proativamente, desde o estágio conceitual, da rotina de formulação de regras internacionais e da codificação das leis sobre práticas e costumes internacionais relacionados à política e segurança, economia, direitos humanos, meio ambiente, e outras áreas, objetivando também garantir que os princípios e posicionamentos japoneses estejam refletidos de forma apropriada na estrutura da lei internacional. O Japão está participando ativamente do trabalho de codificação realizado pela Comissão de Direito Internacional (CDI) e pelo Sexto Comitê da Assembleia-Geral das Nações Unidas (UNGA), da criação da versão preliminar de convenções na área de direito internacional privado em fora como a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (HCCH) e a Comissão das Nações Unidas para a Lei do Comércio Internacional – UNCITRAL (*United Nations Commission on*

*International Trade Law*), assim como das discussões sobre a Convenção-Quadro pós-2012 para lidar com as mudanças climáticas e na criação e aprimoramento de regras no Tribunal Penal Internacional (TPI) e na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Implementar as regras internacionais formuladas nos fora acima e resolver conflitos de forma pacífica, de acordo com a lei internacional, representam outro aspecto do estado democrático de direito na comunidade internacional. A implementação adequada de acordos internacionais concluídos pelo Japão ajuda a manter a continuidade e consistência da diplomacia japonesa a atribui grande relevância e uma confiança crescente na diplomacia japonesa. O Japão atribui grande importância aos diversos tipos de órgãos jurídicos internacionais e apoia intensamente as atividades dinâmicas e a universalização desses organismos, incluindo através da contribuição com recursos humanos, como juízes para o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), o TPI e o Tribunal Internacional de Direito do Mar – ITLOS (*International Tribunal for the Law of the Sea*). Além disso, o Japão tem feito esforços pela utilização ativa de tribunais internacionais em sua diplomacia, incluindo o mecanismo de resolução de disputas da OMC.

Em fevereiro de 2009, o juiz Hisashi Owada do TIJ tornou-se o primeiro japonês a ser eleito Presidente do Tribunal Internacional de Justiça. Esperamos que o juiz Owada desempenhe um papel ainda mais relevante para o Tribunal.

### 3. Esforços para Expandir a Prosperidade do Japão e da Comunidade Internacional

O ano de 2008 foi um ano de turbulências na economia global, com sua primeira metade marcada pelo aumento expressivo nos preços do petróleo e dos alimentos, especialmente as principais safras de grãos, e a segunda metade marcada pelo aprofundamento da crise financeira desencadeada pelo problema dos empréstimos *subprime* nos Estados Unidos e pela recessão econômica. A economia japonesa também esteve em circunstâncias difíceis, com uma rápida e contínua deterioração econômica.

Em vista de uma economia global cercada de mudanças drásticas e de questões globais cada vez mais graves e complexas, o Japão, como presidente do G8, sediou a Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, em julho, recebendo uma ótima avaliação de seu desempenho internacionalmente. Além disso, em resposta à crise financeira sem precedentes, considerada a pior do século, na Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial (realizada em Washington DC) em novembro, o Japão fez contribuições concretas e significativas, compartilhando suas experiências na superação de sua crise financeira dos anos 90 e anunciou estar preparado para ampliar seu empréstimo ao Fundo Monetário Internacional (FMI) até o valor equivalente a 100 bilhões de dólares caso necessário. Uma Declaração concreta e voltada para a ação foi acordada nessa cúpula, incluindo um Plano de Ação de 47 pontos sobre o fortalecimento do sistema financeiro, com o agendamento de uma revisão do estado de implementação dos princípios e decisões marcada para a segunda Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial, que acontecerá em abril de 2009 (em Londres). O Japão desenvolverá uma diplomacia econômica ativa para continuar liderando os esforços da comunidade internacional.

Na área do comércio, em vista da piora do estado da economia global, é cada vez mais importante desenvolver e fortalecer o sistema da Organização Mundial do Comércio (OMC), que promove a abertura do comércio internacional. As negociações da Rodada de Doha da OMC receberam o apoio de mensagens políticas enviadas tanto dessa Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial como da Reunião de Líderes da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC),

que também foi realizada em novembro (no Peru), e um texto revisado sobre a negociação nas áreas de agricultura e Acesso a Mercados Não-Agrícolas – NAMA (*Non-Agricultural Market Access*) foi publicado em dezembro. Embora a conferência ministerial marcada para dezembro tenha sido adiada devido a diferenças de posicionamento entre países relevantes sobre os principais pontos sob discussão, é cada vez mais necessário continuar realizando discussões intensas para que as negociações da Rodada de Doha sejam concluídas o quanto antes. Além disso, para lidar com o aumento global do protecionismo, uma mensagem forte para limitar essa tendência foi enviada na Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Global e na Reunião de Líderes da APEC. Continua sendo necessário monitorar com perseverança essas tendências à medidas protecionistas.

Para complementar o sistema de livre comércio multilateral, com a OMC no centro, o Japão tem promovido ativamente os Acordos de Parceria Econômica (APEs) e desenvolvido regras não só pela liberalização do comércio, mas também em várias outras áreas como na liberalização dos investimentos e dos movimentos de pessoas. Em 2008, entraram em vigor APEs com a Indonésia, Brunei, Filipinas e com a ASEAN como um todo. O Japão também assinou APEs com o Vietnã em dezembro de 2008 e com a Suíça em fevereiro de 2009, enquanto negociações sobre APEs estão atualmente em curso com o Conselho de Cooperação do Golfo, a Índia e a Austrália. Quanto ao APE entre Japão e República da Coreia (Coreia do Sul), que teve suas negociações suspensas, consultas técnicas já foram realizadas em duas ocasiões para criar um ambiente favorável e estimular a consideração da retomada das negociações do APE. O Japão também tem participado ativamente e contribuído com estudos e discussões relacionados a uma estrutura de cooperação econômica com o Leste Asiático e a região da Ásia e do Pacífico.

Além disso, no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que discute a cooperação em prol do crescimento econômico e da estabilidade de seus países-membros, o Japão tem trabalhado

para lidar com as questões de medidas contra a crise econômica e promoção da liberalização do comércio e investimentos.

O fortalecimento da segurança econômica, por exemplo através da garantia de abastecimento energético e alimentar, é outro pilar da política econômica do Japão, juntamente com a promoção do livre comércio e investimentos. Em 2008, a extrema volatilidade dos preços do petróleo e dos alimentos aumentou as preocupações quanto à segurança energética e alimentar tanto dentro do Japão como no exterior. Nesse contexto, o Japão tem trabalhado para fortalecer ainda mais suas relações com países produtores de energia (como através dos diálogos entre produtores e consumidores realizados em junho e dezembro) e a cooperação com organizações internacionais como a Agência Internacional de Energia (AIE), objetivando assegurar a estabilidade do abastecimento e dos mercados. Além disso,

para fortalecer a segurança alimentar tanto no Japão como no mundo, o país tem desenvolvido sua política externa no nível de chefes de estado e de governo através de oportunidades como a Conferência de Alto-Nível sobre Segurança Alimentar Mundial, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) em junho e a Cúpula do G8 em Toyako, Hokkaido, em julho.

Reforçar a proteção dos direitos de propriedade intelectual tornou-se recentemente um dos pilares da política econômica externa do Japão, e o país está desempenhando esforços bilateral e multilateralmente para ampliar a proteção dos direitos de propriedade intelectual. Esses esforços incluem tomar um papel de liderança para reagir contra a proliferação de bens falsificados e pirateados, que representam uma ameaça ao crescimento sustentável da economia mundial.

#### **4. Diplomacia Pública**

Para implementar efetivamente a política diplomática, além de fazer abordagens diretas em direção aos elaboradores de políticas públicas no exterior, é importante promover o interesse em relação ao Japão e trabalhar para criar uma impressão favorável sobre o Japão nas mentes do público geral dos outros países, que formam a base de apoio das políticas de seus governos, fornecendo informações e promovendo intercâmbios. O impacto da opinião pública na política diplomática tem aumentado particularmente nos últimos anos com a expansão da Internet. Dessa forma, o governo trabalha em suas relações públicas no exterior para promover o entendimento dos cidadãos de outros países quanto aos valores e políticas diplomáticas do Japão. O governo também promove esforços para disseminar a pluralidade do Japão e promover intercâmbios culturais com o objetivo de melhorar a imagem do Japão entre cidadãos de outros países e de fortalecer seu senso de afinidade com o Japão.

O relatório enviado em fevereiro pelo Conselho sobre Movimentos de Pessoas entre Fronteiras, um órgão de assessoramento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, indicou a importância de uma diplomacia pública que atinja os cidadãos e a opinião pública dos países estrangeiros. Suas recomendações de medidas concretas para fortalecer ainda

mais a diplomacia pública do Japão incluem expandir o ensino da língua japonesa entre estrangeiros, utilizar a cultura japonesa moderna incluindo a cultura pop, e intensificar esforços voltados para formadores de opinião. Com base nessas perspectivas, o Ministério dos Negócios Estrangeiros está desenvolvendo diversos projetos culturais que incluem a indicação do Doraemon como Embaixador do Anime em março, a promoção da língua japonesa no exterior através da Fundação Japão, e o envio de voluntários através do Programa de Voluntariado Cultural para quatro países do Centro e Sudeste da Europa em janeiro de 2009, que ensinam a língua japonesa e introduzem um embasamento cultural quanto ao país. Além disso, o Ministério convida formadores de opinião do exterior com influência significativa sobre a opinião pública internacional a visitarem o Japão e aprenderem mais sobre o país. O Ministério também trabalha para divulgar suas políticas de forma efetiva, apoiando a participação de formadores de opinião japoneses em simpósia e conferências internacionais.

Em 2008, um intercâmbio cultural intenso foi organizado com o Brasil e a Indonésia, uma vez que 2008 era o Ano do Intercâmbio Brasil-Japão em comemoração do centenário da imigração japonesa para o Brasil, assim como o Ano Dourado da

Amizade entre Indonésia e Japão, marcando o 50º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. O Japão também tem apoiado ativamente a preservação e restauração de propriedades culturais e o

treinamento de recursos humanos em países em desenvolvimento, através da cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e outras organizações.

## CAPÍTULO 4: Japoneses Atuantes na Comunidade Internacional e Papéis da Diplomacia

### **1. Cidadãos Japoneses Atuantes na Comunidade Internacional**

#### **(a) Cidadãos Japoneses Trabalhando em Organizações Internacionais**

É cada vez mais importante para a comunidade internacional responder efetivamente a diversos desafios relacionados não só ao terrorismo e conflitos, que ameaçam as estruturas política e de segurança, mas também à assuntos globais como violações de direitos humanos, pobreza, doenças infecciosas, e a piora da degradação ambiental em resultado da rápida globalização.

Nesse contexto, os papéis desempenhados pelas organizações internacionais estão se intensificando, assim como os deveres e responsabilidades da equipe internacional

que trabalha nessas organizações de crescente significância.

O Japão pretende desempenhar um papel nas Nações Unidas e em outras organizações internacionais de forma que corresponda com suas responsabilidades como membro da comunidade internacional. Conforme caminha nessa direção, o Japão busca aumentar o número de funcionários japoneses na ONU e em outras organizações internacionais, esforçando-se para identificar candidatos qualificados enquanto faz um apelo às organizações internacionais para que contratem e promovam funcionários japoneses.

#### **(b) Atividades de Organizações Não-Governamentais**

Conforme o interesse na cooperação internacional cresce entre os cidadãos japoneses, a importância de organizações não-governamentais (ONGs) como atores da cooperação internacional tem crescido. As ONGs possuem diferentes dimensões em termos do tamanho da organização. Internamente, o Japão tem um grande número de organizações de pequeno porte, operadas por alguns poucos funcionários integrais e voluntários, enquanto algumas ONGs realizam projetos de larga escala através de uma rede internacional de organizações parceiras através do globo. Além disso, as ONGs japonesas estão envolvidas em uma extensa amplitude de atividades, incluindo não só a implementação de assistência ao desenvolvimento e ajuda humanitária

emergencial em países em desenvolvimento, mas também fazendo recomendações sobre políticas públicas através de redes de alto grau de especialização em diversas áreas como direitos humanos, educação, meio ambiente, desarmamento e crime organizado internacional.

Considerando-se a importância de tais papéis das ONGs, o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem trabalhado para consolidar a cooperação com esses parceiros vitais na promoção de uma diplomacia envolvendo “todo o Japão”, fornecendo fundos para projetos de cooperação, apoiando a capacitação de ONGs e promovendo diálogos nas principais áreas diplomáticas, além de outras iniciativas.

#### **(c) Voluntários de Cooperação Internacional do Japão e Voluntários Experientes**

Os Voluntários de Cooperação Internacional do Japão – JOCVs (*Japan Overseas Cooperation Volunteers*) e os Voluntários Experientes – SVs (*Senior Volunteers*) trabalham pela resolução de problemas enfrentados pelos outros países, lutando em conjunto com os habitantes

locais. Suas atividades são representações visíveis da ODA japonesa nos outros países e são amplamente apreciadas por todo o mundo, desempenhando um papel significativo no fomento ao entendimento mútuo e à amizade entre o Japão e os países em desenvolvimento.

### **2. Apoio a Cidadãos Japoneses no Exterior**

Com um número total de cidadãos japoneses que viajam ao exterior além dos 17 milhões por ano e o aumento, ano após ano, do número daqueles que vivem no exterior (estimado em aproximadamente 1,08 milhões segundo dados de 1 de outubro de 2007), os japoneses estão desempenhando papéis atuantes em uma variedade de regiões e áreas. O Ministério dos Negócios Estrangeiros está ativamente engajado em fornecer uma assistência atenciosa com as necessidades dos cidadãos japoneses no exterior, reconhecendo a importância significativa de se assegurar que eles possam desempenhar suas atividades sem problemas e de forma segura.

O Ministério busca conscientizar cada cidadão japonês da necessidade de se “auto-ajudar” quando estão no exterior, fornecendo também informações de forma rápida e oportuna sobre os possíveis riscos e ameaças no exterior: casos de incidentes e acidentes, desastres naturais, doenças infecciosas novas e em expansão recente como a gripe aviária e pandêmica, assim

como em relação aos riscos de terrorismo e sequestro, que têm ocorrido em uma área cada vez maior e se tornado um problema cada vez mais complexo. Ao mesmo tempo, o Ministério continua a ampliar sua assistência aos japoneses vítimas de ocorrências no exterior, fortalecendo regularmente as organizações e infraestruturas no exterior para tornar essa assistência mais efetiva. Além disso, como serviços fundamentais para apoiar as vidas cotidianas dos japoneses no exterior e apoiar suas atividades, o Ministério emite passaportes e certificados, auxilia escolas e cursos complementares japoneses, fornece informações médicas e de saúde, e apoia os sobreviventes dos bombardeios atômicos que vivem em outros países. Ademais, para melhorar o nível desses serviços, o Ministério tem fortalecido seu sistema de informações através da tecnologia da informação, e tem aprimorado os procedimentos eletrônicos de registros paralelamente ao reforço e atualização de sistemas de administração de crises em suas embaixadas e consulados-gerais por todo o mundo.

### **3. Apoio a Empresas Japonesas no Exterior**

Nos últimos anos, com uma globalização cada vez maior, tornou-se extremamente importante para as empresas e indivíduos japoneses envolvidos em atividades econômicas cultivar sua competitividade nos mercados estrangeiros e entrar nesses mercados de forma proativa. Particularmente, em meio à piora da economia global, uma das principais tarefas do Ministério dos Negócios Estrangeiros é fornecer um serviço de assistência que facilite a dinâmica das atividades no exterior de empresas japonesas. O Ministério busca intensamente conhecer as variadas opiniões que as empresas japonesas possuem em relação aos problemas que vivenciam. O Ministério responde a perguntas e solicitações dessas empresas, além de promover diálogos e consultas com outros países sobre reformas

regulatórias e melhorias no ambiente de negócios, buscando avanços concretos. Além disso, como um país comprometido em tornar-se uma “nação fundamentada na propriedade intelectual”, o Ministério toma medidas ativas para combater a falsificação e pirataria de bens, aproximando-se de outros países por meio de consultas bilaterais e multilaterais, em um esforço para proteger os direitos de propriedade intelectual das empresas japonesas. Além disso, o Japão tem trabalhado para desenvolver fundamentos legais e institucionais através da conclusão de convenções para evitar a dupla tributação, acordos de investimentos, e acordos sobre seguridade social, com o intuito de melhorar o ambiente de negócios e aliviar o fardo econômico das empresas e indivíduos envolvidos em atividades econômicas no exterior.

### **4. Respondendo à Internacionalização da Sociedade Japonesa**

Nos últimos anos, a importância dos serviços de visto e os esforços em prol dos estrangeiros residentes no Japão têm aumentado conforme o número de visitantes e residentes estrangeiros vem crescendo no Japão. Para promover um

maior intercâmbio entre pessoas, o Japão introduziu acordos para revogar a obrigatoriedade de vistos para estadias de curto prazo com Hong Kong, a República da Coreia e Taiwan desde 2004, e tem facilitado a emissão de vistos para grupos

turísticos da China. Por outro lado, o Japão tem implementado uma avaliação mais rigorosa de solicitações de visto em casos de suspeita de residentes empregados ilegalmente, exploração ou tráfico de seres humanos, partindo de um ponto de vista que busca garantir a segurança nacional e proteger os direitos humanos dos solicitantes de vistos.

Conforme a sociedade japonesa enfrenta o envelhecimento e encolhimento de sua população, diferentes opiniões têm sido expressadas em relação às ocasiões em que o país deve admitir estrangeiros, considerando que não é incomum que estrangeiros residentes no Japão há bastante tempo tenham dificuldades para encontrar emprego e estudar, além de outros problemas. O Ministério dos Negócios Estrangeiros oferece oportunidades para discutir a política japonesa quanto à admissão de cidadãos estrangeiros através de simpósia sobre a situação atual e questões relacionadas à

admissão desses estrangeiros, assim como práticas e desafios encontrados no processo de integração de residentes estrangeiros como membros da comunidade. O Ministério também está ativamente engajado nessas questões através do fortalecimento de sua colaboração com autoridades locais em regiões onde muitos cidadãos estrangeiros residem, fornecendo informações sobre os esforços de muitos países quanto à aceitação de imigrantes.

Além disso, o Ministério promove regularmente consultas bilaterais com autoridades consulares de países com os quais o Japão tem extensos intercâmbios entre pessoas. Em 2008, foram realizadas consultas com a Tailândia e a República da Coreia com relação a questões de imigração, assim como a respeito dos visitantes desses países ao Japão e dos cidadãos japoneses que vivem nesses países.

## CAPÍTULO 5: A Diplomacia Japonesa Aberta ao Público

### **1. Fornecendo Informações aos Cidadãos de Forma Proativa**

Como uma nação democrática, é de importância crucial que, na implementação da política externa, informações sejam fornecidas de forma clara e oportuna em relação ao papel e os objetivos concretos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, conquistando, com isso, o apoio e o entendimento do público. Desse ponto de vista, o Ministério tem intensificado a divulgação de informações através de jornais, da televisão e outras formas de

mídia de alta circulação, juntamente com a publicação ativa de informações na Internet e fornecendo dados a formadores de opinião de diversas áreas. O Ministério também está trabalhando para melhorar a comunicação em duas vias através de esforços de relações públicas que incluem diversos fora e palestras, para um diálogo direto com o povo japonês associado à reunião de comentários e opiniões do público.

### **2. Ampliando as Capacidades Diplomáticas**

É necessário que o Japão adquira capacidades diplomáticas abrangentes para responder de forma adequada e flexível às diversas mudanças em curso na comunidade internacional. É importante para o Ministério dos Negócios Estrangeiros trabalhar em coordenação com o setor privado, intelectuais e ONGs para criar um sistema que envolva “todo o

Japão” de forma que possibilite uma mobilização generalizada de todas as formas possíveis, incluindo os potenciais econômico, científico e tecnológico, cultural e de relações públicas do Japão, assim como sua ODA, para promover uma diplomacia que realmente assegure os interesses nacionais do Japão e contribua com a comunidade internacional.